



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE JANEIRO DE 2011

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Evaristo Carvalho

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Celmira Sacramento

Filomena Pina

Deolindo da Mata

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 45 minutos.

Após a discussão conjunta, foram aprovados, na generalidade, o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano para o Ano Económico 2011.

A sessão decorreu com respostas do 1.º Ministro e Chefe do Governo, Patrice Emery Trovoada e dos Ministros das Finanças e Cooperação Internacional, Américo de Oliveira dos Ramos; da Educação, Cultura e Formação, Olinto da Silva e Sousa Daio; das Obras Públicas e Recursos Naturais, Carlos Manuel Vila Nova; do Plano e Desenvolvimento, Agostinho Quaresma Fernandes; da Justiça e Reforma do Estado,

Elísio d'Alva Teixeira; e dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, Manuel Salvador dos Ramos.

Intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Edite Salvaterra (PCD), António Ramos (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Levy Nazaré (ADI), Ângela Viegas (MLSTP/PSD), Rafael Branco (MLSTP/PSD), Martinho Domingos (ADI), Cecílio Quaresma (ADI), Isabel Domingos (ADI), Aurélio Martins (MLSTP/PSD), Alcino Pinto (MLSTP/PSD), José Viegas (MLSTP/PSD), Idalécio Quaresma (ADI).

O Presidente encerrou a sessão às 14 horas e 5 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 45 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adérito de Oliveira Bonfim **dos Ramos**
Adilson Cabral **Managem**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
André Varela **Ramos**
Bilaine Carvalho Viegas **de Ceita**
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Cecílio Quaresma da Graça do Sacramento
Celmira de Almeida do **Sacramento**
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Domitília Portulêz **Trovoada** da Costa
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Flávio Pires Mascarenhas **dos Ramos**
Hélder Paquete Lima
Idalécio Augusto **Quaresma**
Isabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**
José António do Sacramento Miguel
José da Graça **Diogo**
José Manuel **Costa Alegre**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça José **Narciso**
Mário Fernandes
Martinho da Trindade **Domingos**
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes
Paulo Jorge de Carvalho
Roberto Patrício das Neves **Lombá**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adlander Costa de **Matos**
Alcino Martinho de Barros **Pinto**
André da Trindade **Cravid**
Arlindo Barbosa Semedo
Ângela Maria da Graça **Viegas** Santiago
António Afonso **Ramos**
António Neves Sacramento **Barros**
Arlindo Barbosa Semedo
Aurélio Pires Quaresma **Martins**
Carmelita Lima **Taveira**
Dionísio Fernandes **Leopoldino**
Elsa Maria d'Alva Teixeira **Pinto**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d'Alva
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Hélder Afonso da Costa **das Neves**
 Joaquim **Rafael** **Branco**
José da Graça **Viegas** Santiago
Olímpia Dias **Xavier de Pina**
Silvíia Ambrósio Gil **do Espírito Santo**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino Homem dos Santos Sequeira **Bragança**
Delfim Santiago das **Neves**
Filomena Maria de F. D. Xavier de **Pina** dos Prazeres
Firmino João **Raposo**
Jorge Dias **Correia**
 Maria **Edite** **Salvaterra** Pinto

Sebastião Lopes Pinheiro

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Hélder Cravid Bonfim Menezes

Srs. Deputados, ontem suspendemos a sessão depois de o Governo fazer alguns esclarecimentos. Não temos neste momento qualquer deputado inscrito para intervir, portanto, para hoje, está aberta a inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem eu tinha levantado três questões, mas duas ficaram por responder, nomeadamente, a questão da empresa dos transportes e outra relacionada com a questão de inspecção das actividades económicas. Portanto, reponho essa questão, tendo em conta que o Governo tem dado bastante ênfase à questão da formação e no caso da inspecção das actividades económicas, como houve essa formação, era bom que isso ficasse claro.

Associada à essa questão temos, por exemplo, um caso no distrito de Mé-Zóchi, de um alto quadro da polícia que está há oito meses sem funções. Não sei o que se passa concretamente e, tendo em conta que temos carências no sector da Polícia, não sei até que ponto o Sr. Ministro da tutela nos poderia brindar com mais informações.

Para terminar, esta manhã fui informado que o fenómeno «santo» continua ainda a alastrar em Guadalupe. Continua a nossa preocupação, apesar da explicação que o Sr. Ministro nos deu ontem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Edite Salvaterra.

A Sr.^a **Edite Salvaterra** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, não estava para intervir hoje, mas tenho um sentimento arreigado dentro de mim, que é o sentimento de como está a educação em São Tomé e Príncipe.

Segundo o Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa da Academia de Ciências de Lisboa, da Editora Verbo, na pág. 1331, refere na sua primeira entrada que a palavra «educação» significa, passo a citar: «*Acção de desenvolver o indivíduo, especialmente na criança ou no adolescente as suas capacidades intelectuais e físicas e de lhe transmitir valores morais e normas de conduta que visem a sua integração social*». Na outra entrada diz: «*Conhecimento e prática dos comportamentos e usos socialmente aceites, que diz respeito à civilidade, cortesia e delicadeza*».

Será que é isso que estamos a desenvolver nas nossas crianças e nos nossos adolescentes? A educação que temos hoje serve mesmo os desígnios dos são-tomenses? Teremos mesmo um desenvolvimento económico integrado com esta educação?

Consideramos que temos uma educação enferma visto que ela está submetida à uma má instrução. Porque o índice de literacia está a baixar consideravelmente. Sou professora na Universidade Lusíadas e vejo todos os anos os alunos a baixarem de nível.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros para uma intervenção.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vou ser breve. Fiquei com a impressão de que há uma questão que levantei e que não foi respondida. Quando eu disse que, segundo as informações que tive do próprio Presidente do Governo Regional, que antes de se projectar o orçamento para o Príncipe houve um encontro entre as partes, onde já tinham acordado um orçamento para o Príncipe e, para o espanto do Governo Regional, sem explicação alguma, esse orçamento foi cortado. Portanto, esta é a explicação que queria, porque, talvez se o Governo Central tivesse mantido o Orçamento conforme o acordado eu, certamente, não voltaria a colocar a mesma questão.

Por isso é que gostaria que essa pergunta fosse esclarecida.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caríssimos Deputados, gostaria de cumprimentar a todos.

Sr. Presidente, a minha intervenção vem no sentido de obter alguns esclarecimentos do Governo sobre três preocupações de alguns cidadãos e cidadãs que me contactaram ontem.

Uma, com relação ao Ministério da Educação e Cultura. Efectivamente, estive a ver o Orçamento no capítulo «Bolsas de estudos» e não vi nada, salvo o erro, com relação à bolsa de estudo externa, ou melhor, os alunos que estão a estudar lá fora. Já estão lá! Se vamos cortar, tudo bem, mas aqueles que já estão lá? E o mais preocupante nisso é a questão dos alunos de famílias carentes e, como sabem, no nosso país dificilmente as pessoas que não têm influência conseguem bolsas de estudo para os seus filhos, mas eles, por meios próprios, conseguem enviar os seus filhos para estudar no exterior. Há uma ajuda denominada ajuda de custos que, normalmente, o Ministério da Educação atribui a esses alunos e, na verdade, existe uma desigualdade na atribuição desses apoios. Existem alunos

que estão inscritos na lista para beneficiarem dessa ajuda de custos que há seis, nove meses não recebem um centavo. Existem outros que recebem, por lapso, esquema ou erro, duas a três mensalidades de uma só vez.

Murmúrios.

Outros até vêm de férias porque têm verbas a mais que até dá para comprar bilhetes de passagem, enquanto os outros que não beneficiam, ficam aflitos, a ponto de fazerem outras coisas que não estavam destinadas a essa viagem para o exterior.

A segunda questão tem a ver com o Sr. Ministro da Justiça. Ontem levantou-se aqui a questão de meninos da rua. Há tempos atrás houve uma campanha de perfilhação e registo das crianças e acho que teve êxito. Penso que deve-se retomar esse projecto porque renovou-se a mesma cultura de não se registar as crianças em tempo útil. Com todas as melhorias que foram introduzidas, de registar as crianças logo após o parto, nem por isso. Grande parte dessas crianças de rua - questão levantada pelo Sr. Deputado Hélder Menezes -, não está registada. Existem pessoas de bom nome, alguns até são Deputados também, ...

Risos e murmúrios.

... com crianças por registar. Uma mãe teve a coragem de me levar o documento, não vou dizer o nome, de um menino de dez anos ainda por registar!

Risos e murmúrios.

Acho que o Sr. Ministro devia encontrar formas de renovar essa campanha e encontrar meios, que não são muito avultados, para de novo registar as crianças abandonadas.

A terceira e última questão, Sr. Ministro das Obras Públicas, é para lhe perguntar como irá lidar com o fenómeno de lavagem de carros. Sabe-se que o desemprego, para além da frustração dos jovens, tem originado a criação de alternativas impróprias que prejudicam o nosso desenvolvimento e o capital que investimos de vez em quando. Estou a referir-me à lavagem de carros. Em todos os locais onde se fazem lavagens de carros as estradas estão a ser degradadas. Não ficará mais fácil encontrar um espaço, construir, digamos, um estaleiro para esses meninos continuarem a lavar os carros, ao invés de deixá-los lavar à berma das estradas, estragando avultadas somas, que depois, lá estaremos nós outra vez a introduzir mais verbas para a sua reabilitação?

São essas as preocupações que trago.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, permitam-me que saúde a todos.

Peço a palavra porque ontem eu tinha colocado algumas questões e penso que o Governo não respondeu a duas delas. Então vou colocar de novo.

A primeira questão tem a ver com a água potável para o Distrito de Lembá. Sei que havia já um projecto assinado com o BADEA, em cerca de quatro milhões de dólares, portanto a minha pergunta é saber se esse projecto caiu ou se ainda está de pé.

A segunda, e porque venho sempre batendo nisto, Sr. Primeiro-Ministro, vi bem no Orçamento que o seu Governo diz que para o distrito de Caué há uma previsão de construção de 20 casas sociais para 2011. E coloco a mesma pergunta: Como é que o Governo prevê um crescimento económico de 4,5%, segundo as GOP? Qual é a meta do Governo, em termos de emprego, isto é, quantos postos de emprego prevê o Governo para 2011?

E já que estou no uso da palavra, Sr. Presidente, quero colocar uma questão nova, que tem a ver com o corpo dos bombeiros.

A Sr.^a **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Uma questão pertinente!

O **Orador**: — Nos últimos anos, temos assistido na cidade de Neves vários incêndios, aliás, em todo o distrito. Não só por essa razão, porque também estão instalados os depósitos de combustível na cidade de Neves, gostava de saber se há alguma programação em termos de bombeiros para o distrito de Lembá, e para a cidade de Neves, mais concretamente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Caras e Caros Deputados: Venho também dar a minha contribuição neste momento de grande importância para todo o povo de São Tomé e Príncipe. O OGE é um instrumento fundamental para a governação do País e todo o povo, que neste momento nos escuta, espera que o Governo cumpra muitas coisas que estão escritas nele. Afirmou e convenceu o povo durante toda a campanha e saiu vitorioso. Porque o povo ouviu, decidiu e confiou nas palavras do ADI!

Mas antes de falar, concretamente, do Orçamento, gostaria de dizer que o povo decidiu mudar a classe dirigente, mas ele espera muito mais do que isso. Não só a mudança de governo e de ministros, mas, acima de tudo, a mudança de comportamento de todos os são-tomenses, mudança de atitudes na forma de fazer política, etc. Durante estes dois dias, ainda hoje, tenho ouvido intervenções de alguns colegas Deputados que, na minha opinião, insistem em não mudar, mas paciência!

Insistem porque levantam sempre questões que o povo já conhece e tenho a certeza que esse povo que votou no dia 1 não vai mais acreditar em muitas dessas palavras. Pessoas que insistem com a questão da juventude e dos jovens, pensam que têm a sapiência total sobre a juventude, mas basta olharmos para as nossas ruas, cidades e *luchans* para percebermos que não é bem assim. E não é preciso ir para a rua, mesmo nesta Casa Parlamentar se insiste muito na juventude e na ajuda da promoção dos mais jovens. Basta olharmos para as bancadas parlamentares para nos apercebermos, de facto, de quem está preocupado com a juventude e quem não está!

Insistem também, e muito, na questão da experiência, experiência, experiência. O que gostaria mais uma vez de perguntar - porque já falei disso antes -, essa experiência começou quando e que idade tinham quando começaram? Experiência para quê e que resultados esperam dessa experiência?

A Sr.^a Deputada Edite Salvaterra elucidou-nos aqui sobre o conceito da educação. Pediu que fossemos todos ao dicionário e vissemos, principalmente a definição do segundo conceito que se referiu aqui e que todos o aplicássemos, na medida do possível. Mesmo nas nossas intervenções públicas, enquanto Deputados representantes do povo, que tivéssemos em conta esse segundo conceito, que deve começar, acima de tudo, nesta Casa Parlamentar. Mas mesmo assim, muito obrigado professora Edite por ter trazido estes conceitos.

Alguns Srs. Deputados referiram-se aqui às bolsas de estudos e o fenómeno de lavagem de carros. Estou de acordo.

Sr. Primeiro-Ministro e seu Governo, são alertas que devem ser registados. São injustiças na atribuição de bolsas de estudo, Sr. Ministro da Educação, que o povo espera serem corrigidas no seu Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, da minha parte, Levy Nazaré, eu não cobiço, não tenho raiva, não tenho inveja da sua forma de ser, de estar, de viver, do seu dinheiro, de si e da sua família ou das suas viagens. Agora, o que lhe peço, isso sim, enquanto Primeiro-Ministro, enquanto gestor da coisa pública, que paute a sua conduta por resolver, de facto, os problemas do povo com o dinheiro do povo. Porque do seu, saberá fazer dele aquilo que bem entender.

Sobre o OGE, gostaria de felicitar o Sr. Primeiro-Ministro e seu Elenco governamental pela coragem que tiveram de dotar uma grande parte do OGE para as infra-estruturas e obras públicas. Isso, para quem esteve atento durante toda a campanha que fez, vem demonstrar que conheceu bem os problemas dos são-tomenses e do País, porque andou. Tive o privilégio de acompanhá-lo nalgumas dessas andanças e, por ter conhecido bem de perto os problemas mais gritantes do povo são-tomense, aquele povo sofredor lá de bem longe. Tenho dúvidas se todos nós que falamos aqui de sermos todos são-tomenses se, de facto, estamos a acompanhar essa são-tomensidade. Porque basta ir para algumas localidades nossas para perguntarmos se somos todos são-tomenses, de facto. Por isso, essa coragem que teve de tentar resolver o problema gritante da água potável para toda a população, o problema gritante da energia que já vem de há muito tempo, dos sucessivos governos. Espero que o seu Governo consiga minimizar, para não dizer mesmo ao longo do tempo resolver o problema de água potável. Parece que aumentou consideravelmente! Ando muito pelas localidades e vejo que é um fenómeno que está a aumentar e parece-me que esses problemas não são resolúveis. Por isso, se este Governo conseguir resolver esses dois problemas, o povo agradecerá muito. Porque a água é um problema transversal, toca na saúde, no próprio desenvolvimento. Não há um investidor que venha criar postos de trabalho, se o País não tiver uma energia que suporta o investimento estrangeiro.

Gostaria também dizer ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Governo que não é o Primeiro-Ministro e os Ministros que governam este país. Se pensaram isso estão muito enganados e o resultado virá depois nas eleições. É preciso que todo o *staff* do Aparelho Central do Estado coopere e ajude o Governo, é preciso que se mobilize esforços na administração pública, nos directores, chefes de departamento e de secções e todos os funcionários públicos têm que dar a sua contribuição. Se o Governo não cumprir, certamente, vai cair.

É óbvio, porque o nosso povo já sabe disso, ele percebeu muito bem o que é a democracia. Quem não fizer, sai! Por isso o Governo também tem que saber trabalhar com os seus directores, chefes de departamento e seus assessores, da mesma forma.

Sem querer alongar mais, gostaria apenas de dizer que nesta discussão, é verdade que estamos a fazer o nosso papel enquanto Deputados, discutir o Orçamento, propor melhorias, elogiar, por alguns, o próprio Orçamento. É a nossa missão, a nossa tarefa, mas o que o povo que nos escuta espera é a aprovação do documento, de modo a o Governo poder começar a trabalhar, de modo a vermos se o dia-a-dia dos são-tomenses começa a melhorar. É isso que o povo espera de nós. É normal essa formalidade de discutir, etc., tudo isso faz parte do jogo político, as intervenções boas e alguns subsídios interessantes para o Governo melhorar o seu documento, mas o povo está à espera se vamos aprovar o Orçamento ou não para o Governo começar a trabalhar.

O Dr. Patrice Trovoada é pela segunda vez Primeiro-Ministro, e o povo também sabe disso. A primeira vez, em 2008, aquando da aprovação do documento, fundamental para governar, não passou para o dia seguinte. O povo percebeu isso e deu-lhe confiança outra vez. Logo, o que o povo espera é que, depois da aprovação deste documento, daqui a um, dois, três anos vai analisar e no quarto vai julgar. Se o senhor não cumprir, o senhor vai cair!

Risos e murmúrios gerais.

E é disso que o povo está à espera.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ângela Viegas.

A Sr.^a **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados, gostava de dar uma pequena contribuição, convicta de que não é para cumprir a praxe.

Sr. Primeiro-Ministro, gostei de ouvir, no seu discurso, que o nosso Orçamento, o presente e o anterior, é financiado, na sua maior parte, por recursos externos. Não me agrada o facto, mas gostei de saber que, finalmente, reconheceu que os nossos cofres nunca estiveram cheios. Porque se estivessem cheios não teríamos a necessidade de andar de mãos estendidas. Sei que já estive algumas vezes no Governo, mas, se calhar, não conhecia essa realidade, agora já conhece. Estamos de parabéns!

A segunda questão é relativa ao financiamento externo. Creio ter ouvido no seu discurso que o nosso Orçamento é financiado em 93% por recursos externos - se me permite uma pequena correcção -, o nosso OGE não é financiado em 93% por recursos externos. O Programa de Investimentos Públicos sim, o OGE não! O OGE é financiado em cerca de, mais ou menos, 70% por recursos externos, um pouco mais se calhar, e o resto são recursos internos.

Para nós, Sr. Primeiro-Ministro, que é economista como eu, não sei em que aspectos trabalhava, mas as pessoas ligadas aos números sabem que isso é muito importante. Para algumas, pode até não parecer importante, mas as pessoas ligadas a contabilidade sabem que pode-se passar muitos dias à procura de uma décima. É muito importante, os orçamentos são números e tenho a certeza que foi um lapso, simplesmente. Portanto, o nosso Orçamento é financiado, não em 93%, ainda é muito os 70%. Temos que lutar todos para baixarmos isso, melhorar, se calhar, eliminar, mas isso é tarefa de médio e longo prazo.

Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional apraz-me revê-lo aqui, trabalhamos juntos até bem pouco tempo e, de certa forma, continuamos juntos porque tenho a certeza de que defendemos os mesmos princípios. Ouvi a sua intervenção ontem, onde fazia alguns comentários sobre o quadro macroeconómico apresentado no OGE, conheço o sector e reconheço que é muito difícil preparar o OGE no tempo que teve para prepará-lo, sei das dificuldades que há e, por isso, entendo que o orçamento não possa trazer os números com a actualização necessária, mas hoje já os temos. Então, trago uma sugestão. Seria bom que Sr. Ministro apresentasse um novo enquadramento orçamental, em termos de relatório de execução e perspectivas para 2011, considerando que se alteraram os números. Tudo quanto sei de fontes do INE, que creio ainda ser a fonte oficial única para dar determinadas informações estatísticas, o crescimento do PIB de 2009 não foi 4%, mas sim 4,8%, creio eu, corrija-me se estiver errada. Penso que, considerando que esses documentos ficam para a posterioridade, é bom que se rectifique.

Também a execução para 2010, bom, isso está mais ou menos. Ainda se prevê 4,5%, embora discorde de algumas vozes que passaram por aqui, segundo as quais teria sido um crescimento do segundo semestre do ano. É preciso uma análise muito rigorosa para dizermos quando é que ocorreu o crescimento.

Sobre a taxa de inflação, também gostaria de pedir-lhe uma precisão nesse sentido. Tudo quanto sei, a taxa de inflação, até Novembro, foi de 10,7% quase 11%, considerando aquilo que é, normalmente, frequente no nosso País no mês de Dezembro. É um mês inflacionário e o ano passado não fugiu à regra. Acreditamos que a taxa de Dezembro não será inferior a 2%, o que quer dizer que a taxa de inflação para 2010 será de, mais ou menos, 13%.

Agora, não entendi muito bem aquilo que o Sr. Ministro disse, porque eu tinha-me afastado da sala, fiquei com a impressão que disse que prevê para 2011 um intervalo entre 8 a 10%. Acho que entendi errado, não deve ter sido assim que o Sr. Ministro disse, gostaria que precisasse porque normalmente nós não apresentamos. O senhor é o autor da maior parte dos orçamentos dos últimos anos, ...

Murmúrios.

...sabe que nós não apresentamos - autor em termos de quem põe a mão na massa -, ...

Risos do Governo.

...nós não apresentámos o Orçamento com um intervalo para a taxa de inflação. Tem que ser um número.

E considerando que temos este ano, creio eu, e eu gostaria de ouvi-lo também sobre isso.

O SAFE informatizado, certamente, entrará em funcionamento, o que quer dizer que teremos mais instrumentos para o controlo das despesas públicas e, conseqüentemente, do défice primário do OGE. Temos mais possibilidades de controlo, podemos, portanto, com esse instrumento monitorizar melhor a taxa de inflação. Não é mexer nela, mas fazer com que ela não vá para além daquilo que queremos. Temos que ter em atenção de que quem paga a factura da taxa de inflação é a população - todos nós fazemos parte da população -, então o que eu queria sugerir é que indicasse um número exacto, que nos dissesse como é que está o SAFE informatizado, qual é o ponto da situação, vamos finalmente ou não conhecer esse que é um trabalho da equipa das finanças de algum tempo a esta parte.

Também o seu saldo primário programado, sei que sabe que é muito difícil chegar lá. Esse valor para São Tomé e Príncipe, no momento em que estamos, não sei se é realista. É bom! É bom porque temos que chegar lá, mas será

muito difícil e espero que consiga evitar as tentações de despesas extra-orçamentais para não falsear esse indicador. Porque depois ele vai reflectir na taxa de inflação, se houver depois as despesas fora do OGE.

Acho, portanto, algo optimista, mas devo congratulá-lo. Tem uma coragem, vamos a ver se consegue cumprir, vamos estar cá para ver.

Gostaria, finalmente, de falar sobre a questão de política salarial. Ouvi o Sr. Primeiro-Ministro falar sobre o salário e também alguns Srs. Deputados. Em 1997, houve uma reforma salarial e as leis 1/97, 2/97 e 5/97 levaram a uma grelha salarial que devia estar em vigor e que na altura, quando se aprovou isto, foi fruto de estudos de legislações comparadas, enfim, e da nossa situação e chegou-se a conclusão que devia haver essa grelha salarial, portanto, qual devia ser a diferença entre as diversas categorias. As coisas não têm que ser estáticas, podem alterar e devem, desde que no nosso dia-a-dia observemos a necessidade de alteração. De facto, em 1998 estabeleceu-se, na sequência disso, um salário mínimo para a função pública, que era cerca de 40 mil dobras e o máximo era cerca de 200 mil dobras. Depois, ao longo desse período, de 1998 até 2009, o que é que se verificou? Muitas irregularidades, muitos desajustes e não se cumpria, portanto, aquilo que estava estatuído nessas leis. Porquê? Porque, enfim, houve determinadas pressões sociais e foi sucedendo. Em 2009, nós, o Governo e a equipa das Finanças, obviamente, estando Sr. Ministro ali connosco, decidimos tentar meter de novo alguma justiça porque, afinal, um dos princípios básicos da política salarial é a justiça salarial. É uma das formas de premiar as pessoas e de premiar o saber. Ouvi no seu discurso que o conhecimento - sem essas palavras, mas mais ou menos isso -, o conhecimento é um dos instrumentos do desenvolvimento e vai galvanizá-lo. Ouvi-o dizer também que vai fazer um aumento da massa salarial de 10%, mas um aumento só para algumas categorias. Gostaria, Sr. Primeiro-Ministro, de saber que categorias vão ser beneficiadas com o aumento da massa salarial em 10% O aumento da massa salarial não é o aumento do salário em 10%. Considerando que tem havido muitas entradas, e acreditamos que ainda em 2011 haverá novos postos na função pública, que se calhar absorverá, e mais algumas promoções naturais que devem existir, de acordo com a lei, só isso poderá absorver os 10% do aumento da massa salarial.

O que é que sobra para o aumento do salário e a que categorias? Porque no ano 2009 tentámos um meio-termo, não a aplicação da grelha que está na lei, mas pedimos uma autorização legal para fazer um pequeno meio-termo, esperando um trabalho mais aprofundado de análise da situação e proposta de correcção, feito por uma consultoria. Infelizmente, não chegou a realizar-se, de novo por causa da questão de financiamento de fora, do qual dependemos. O financiador não conseguiu disponibilizar os meios a tempo e então tomamos um meio-termo em 2009. Fizemos um aumento de massa salarial razoável, que permitiu fazer o aumento do salário mínimo em 10% e as outras categorias, que foram sendo prejudicadas ao longo dessa década, 1998/2008, demos maior atenção porque acreditávamos que era bom premiar as pessoas para que elas se entregassem mais ao trabalho e pudessem sentir que trabalhando mais, podem progredir na carreira e melhorar o seu salário. Mas é uma questão de opção. Então, gostaria de conhecer qual é a opção agora. Vamos voltar a situação de 2008? Vamos de novo aproximar, digamos, os salários uns dos outros, sem que haja nenhuma diferença entre as categorias? Não é necessário? É uma questão de política e queríamos saber qual é a vossa opção. Porque os técnicos de formação superior, de formação média, ou qualquer outro precisam saber isso e eu própria também, pessoalmente.

Em 2010 fizemos também um aumento da massa salarial em 10% e na prática, como sabemos, não houve um aumento de salário de cada categoria. Houve promoções, houve novas entradas e isso absorveu o aumento da massa salarial de 10%. Então, este ano como é que é?

Queríamos saber tudo isso, Sr. Primeiro-Ministro, porque temos medo que não consiga conter a fuga de cérebros, é um mal que está recorrente no nosso país, as pessoas vão fugindo. Não quer dizer que esse aumento salarial, mesmo que se faça um aumento de 100%, não será suficiente ainda, nós sabemos, mas temos que lutar todos, pela melhoria da economia e, conseqüentemente, poder melhorar o nosso salário.

De momento, são essas questões que gostaria de ver respondidas, e talvez tenhamos mais outras, na especialidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco para uma intervenção.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do seu Governo, Srs. Deputados, bom dia a todos.

Aproveito para desejar a todos um bom ano.

Sr. Presidente, devo confessar que hesitei, durante algum tempo, sobre tomar a palavra ou não. Primeiro, porque o meu líder parlamentar e os Deputados do meu grupo parlamentar exprimiram, de maneira bastante adequada, as principais preocupações do nosso partido. Mas também hesitei porque, tendo sido o último Primeiro-Ministro, algumas das minhas intervenções podiam ser interpretadas, não aqui, talvez fora, como um tentar de ajuste de posições ou de correcções que poderia, eventualmente, envenenar o clima que temos cá. Acho que o tempo de debate sobre as opções passou, devia ter sido nas campanhas, não o fizemos e agora já não tem sentido. O que tem sentido sim é cada um assumir as suas responsabilidades.

Começo por dizer que o conceito que temos de governação em democracia é um conceito que envolve o Governo, com a legitimidade que ganhou nas urnas, mas também envolve a oposição com a legitimidade que ganhou por parte do eleitorado, que votou nos partidos da oposição. O que é importante, em termos de responsabilidade do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, é que numa situação de crise que o País vive não haja dúvidas sobre o que é essencial. E o que é essencial é que um governo que está legitimado constitucionalmente tenha os instrumentos para executar a

sua política, isto é, o OGE. E sobre isso, penso que desde o início, desde a intervenção do líder do nosso grupo parlamentar, isso ficou claro. O MLSTP/PSD vai viabilizar este Orçamento, não haja margem de dúvidas sobre isso!

Mas isso é uma parte da nossa responsabilidade e é a principal. A outra parte, é contribuir para que este Orçamento seja o melhor possível, mas também defender opções que são nossas, e que não têm que ser assumidas por este Governo, mas temos a responsabilidade de expô-las, e será deixado ao critério do Governo aceitá-las ou não, temos a responsabilidade de fazer críticas sobre aquilo que achamos que não é o mais correcto, pelo menos no nosso entender. Temos também a responsabilidade, enquanto nacionais, enquanto partido político responsável, de dar subsídios ao Governo daquilo que pensamos.

Dito isto, começaria por dizer que em São Tomé é assim, nestes três últimos anos estive na bancada da oposição, estive no poder e estou de novo na oposição e, portanto, tenho uma apreciação bastante clara sobre os posicionamentos de uns e outros. Muitas vezes mudamos é a posição da nossa colocação aqui na Sala e os discursos e as atitudes às vezes são os mesmos. O Sr. Deputado Levy dizia que temos que mudar, acredito que as coisas não mudam de facto. Nós é que temos que mudar para que as coisas comecem a mudar.

Devo dizer que, contrariamente ao que muita gente pensa e às vezes agem em consequência, acho que governar nos torna muito humildes, ou devia nos tornar muito humildes, sobretudo num país como o nosso, porque vivemos numa sociedade que tem muitas necessidades acumuladas e não satisfeitas, onde há muitas aspirações e onde, sobretudo, depois de um período eleitoral onde há muitas expectativas. E de facto, quando entramos no duro da questão vemos que os recursos que temos, muitas vezes não são suficientes, nem sequer para satisfazer as necessidades, quanto mais as aspirações e as expectativas. É uma tarefa difícil, que exige coragem e exige perspectivas de médio e longo prazo para se poder enfrentar as reacções que são hoje normais nas nossas sociedades democráticas. As pessoas querem igualdade hoje, agora e aqui neste momento e a ideia de esperar é uma ideia difícil de passar. Tenho dito aqui nesta Assembleia e em público, quando me pedem uma avaliação deste governo, digo que ainda é cedo, que precisamos dar tempo ao Governo e digo com sinceridade, porque sei disso melhor do que muita gente aqui.

Não vou colocar propriamente perguntas, mas vou tentar justificar os fundamentos de algumas questões que levantamos, que poderá ter parecido politiquice, ou qualquer outra coisa. O novo Governo enfrenta, logo de início, duas tarefas – sobretudo um governo de legitimidade virgem, com tempo à frente de si. O que é que continua e o que é que descontinua? E às vezes são decisões que correm bem algumas vezes e nem sempre em outras vezes. E, sem qualquer objectivo de polémica, lembro-me que a última vez que o Dr. Patrice estava no Governo houve decisões de suspensão que tomou com as quais concordei, mas houve outras com as quais não concordei. Dou alguns exemplos: suspendemos as obras do liceu da Trindade, tivemos que recomeçar depois e isso criou um hiato de três ou quatro meses que prejudicou a sua conclusão. Mas nas circunstâncias em tomou a decisão, não tenho nenhuma informação, mas isso é um facto. Quando também levantamos algumas questões sobre a concessionalidade dos créditos, isso porque muitas vezes, num País como o nosso com falta de recursos urgentes, tomamos algumas medidas que a prazo não se revelam mais adequadas. Refiro-me aqui, por exemplo, havia um acordo assinado com a Líbia que não era em termos concessionais, era à taxa *Libor* de Londres. Portanto, para dizer que há sempre essa questão de termos tomado decisões e, muitas vezes, ninguém entende a que pressão é que estamos submetidos, algumas são boas e louváveis e outras não serão boas, pelo menos na leitura que fazemos.

Também fiquei satisfeito com a continuidade de alguns projectos, nomeadamente, infra-estruturas. Estou de acordo que isto é uma tarefa fundamental para o desenvolvimento do País, não só em estradas, mas também aeroportos e portos.

Lamentei não ter ouvido referências concretas ao «porto de águas profundas». Sei que haverá questionamentos em relação a isso, pelo menos dá-me a entender, mas o que acredito, de maneira convicta, – e estou disponível para defender, enquanto tiver vida -, é que não teremos um desenvolvimento sustentado, um crescimento económico adequado nem aproveitaremos todas as nossas potencialidades, enquanto não tivermos um porto de águas profundas. Sobretudo, porque esse é um projecto, em princípio, pacífico em que três ou quatro governos seguidos estiveram envolvidos nesse projecto. É minha convicção profunda que esses projectos são essenciais.

Houve outras coisas aqui que só vou referir-me a elas pelo dever da verdade. O Sr. Deputado Carlos Cassandra, do Príncipe disse aqui que, pela primeira vez, o Primeiro-Ministro pensou no cabo submarino para São Tomé e Príncipe e que não tem culpa que o outro governo não o divulgou. O cabo submarino é um projecto que fazia parte daqueles projectos críticos para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Nós começamos, trabalhamos em condições bastante difíceis. Nós, o Governo, os técnicos e o conselho de administração da CST, tínhamos um prazo para assinar. É natural que este Governo se esforce para melhorá-lo, é sempre bom que se melhore, mas o cabo submarino é um projecto de São Tomé e Príncipe, não convém estar aqui a puxar este ou aquele. Uma coisa que eu lhe disse – não vi o Sr. Primeiro-Ministro a desmentir isso, a menos que esteja enganado, não ouvi o Sr. Primeiro-Ministro dizer que o cabo vem para aqui e depois é ligado ao Príncipe. Isso não é verdade e não convém que se lance isso, porque o custo da ligação de São Tomé para o Príncipe por cabo submarino é um custo que, neste momento, o país não tem condições de acarretar. O que entendi o Sr. Primeiro-Ministro dizer, e é isto que defendemos, é que haverá outras alternativas técnicas, feixes hertzianos e outros, mas que não é ligação por cabo submarino, convém não lançarmos na opinião pública informações que não sejam as mais correctas.

Agora deixa-me só comentar três ou quatro assuntos que para mim são importantes. O primeiro tem a ver com a política salarial. A Sr.^a Ministra do Plano e Finanças, Dr.^a Ângela...

Vozes: — Era, já deixou de ser!

Risos gerais.

O **Orador:** — ...a Sr.^a Deputada Ângela Viegas e ex-ministra do Plano e Finanças, referiu-se a vários aspectos de natureza legal que estão envolvidos, mas preocupa-me a outra dimensão deste problema. Sabemos que a remuneração dos factores humanos é uma coisa muito importante e fundamental para o desenvolvimento. O que é que havia até aqui? Fruto daquilo que ela já descreveu, é que a diferença entre alguém que tem uma formação e alguém que estudou quatro, cinco anos, era mínima. Fomos fazendo aumentos, com alguma preocupação social, por baixo da escala, mas esquecemo-nos que acima da escala tínhamos situações em que um técnico de formação superior tinha uma diferença de salário, com alguém que não tinha formação, de 50 ou 60 mil dobras. De maneira que penso que devemos fazer atenção a isso. Porque, se por um lado é justo preocuparmo-nos com os que recebem menos, é preciso que não percamos de vista o conjunto. Todos sabemos que a contribuição, neste momento, nesta etapa de um técnico bem formado é fundamental para resolver alguns problemas do País, outros também o são, mas a remuneração do factor humano é bastante importante, porque poderemos criar situações em que um professor, que tem um papel bastante importante na formação das futuras gerações, esteja a ganhar igual a uma pessoa que não tem, nem a responsabilidade, nem a formação que ele tem. Portanto, pediria ao Governo que ponderasse sobre isso de maneira a evitar essa distorção.

A outra questão que gostaria de me referir brevemente é a energia. Todos sabem que foi o calvário do nosso Governo. Recebemos o País, tínhamos uma capacidade de produção de 8 *megawatts*, sem contar as avarias, felizmente saímos do Governo e essa capacidade está mais que duplicada, mas o problema está longe de estar resolvido. Ouvi duas afirmações do Sr. Primeiro-Ministro que me deixaram e isso é mais em jeito de esclarecimento e mais ao nível de subsídio. No seu discurso de introdução, o Sr. Primeiro-Ministro falou, se não me engano, da privatização da EMAE para este ano, 2011, depois, em resposta à uma pergunta, falou de um estudo do Banco Mundial. Daquilo que sabemos, e quero confessar aos Srs. Deputados que se há coisa que mais estudei foi essa questão da energia. Primeiro, a EMAE e a maior parte das empresas de produção de energia nas ilhas é, na maioria das vezes, inviável. Mesmo em ilhas bastante desenvolvidas, é inviável! Mas há casos de sucessos relativos. E o que está aconselhado para a nossa EMAE não é, nem liberalização, nem privatização, pelo menos num curto termo. Parece que existe um consenso de que se deve permitir a entrada de capital privado para a EMAE. Por isso é que penso que os termos podem..., o que está recomendado é que a entrada de capital privado para EMAE, mantendo-se a EMAE como uma empresa pública, com um núcleo duro de investidores. E entre esses investidores é necessário muito dinheiro. Das estimativas, para chegarmos a 28 *megawatts*, precisamos de investimentos de cerca de 30 milhões de euros para distribuir e aumentar a capacidade de geração. Portanto, precisamos de investidores com capacidade financeira, mas, sobretudo, precisamos de operadores com conhecimentos. Precisamos de muito *know-how* para a EMAE e este elemento é tão importante como o financeiro. Porquê que não aconselho isso para 2011? Porque há todo um trabalho a fazer.

Não temos um quadro regulador do sector da energia, não temos uma política de energia, não temos alguns dispositivos legais para actuar. Alguns problemas que a EMAE enfrenta por causa do roubo de energia, de cabos e fios e não mecanismos legais para actuar. Privatizar nesse contexto iria ser transferir todos os problemas que a EMAE tem hoje para uma entidade privada, sobretudo, uma entidade privada mais impotente que a EMAE, porque a empresa ainda tem o poder do Estado.

Portanto, nas suas intervenções não fiquei claro se era privatização ou se era outra coisa. O que me parece adequado, baseado nas recomendações feitas, é a abertura do capital da EMAE, e a prazo – sou um defensor disso -, e chegar-se a uma eventual privatização da empresa, mas a um médio prazo bastante dilatado

Outra questão rápida, sabemos que o papel da agricultura e desenvolvimento rural no nosso País foi qualquer coisa que demos bastante atenção, numa perspectiva bastante global e integrada, mas parece-me que depois da seca que passamos este ano, ênfase especial devia ser dada à irrigação. Alguns projectos foram iniciados, em alguns ainda foram retirados os financiamentos que se canalizaram para outros, mas acho que no conjunto global das intervenções na agricultura a questão da irrigação devia ser privilegiada.

Também, para o abono da verdade, queria voltar a dizer ao Sr. Deputado, o senhor disse «pela primeira vez» - foi uma frase que já fez roda -, tinha-se um projecto de pesca no Príncipe. Devo dizer, para o seu esclarecimento, que no crédito que negociámos com o Banco Mundial, está previsto esta componente de aumentar a capacidade de refrigeração e de conservação do peixe no Príncipe. Se o Governo actual alargou isto, muito melhor, mas não é a primeira vez que pensou. Aliás, hoje no mundo é muito difícil fazer-se as coisas pela primeira vez.

Por último, a Educação. O Sr. Deputado Albertino Bragança e a Sr.^a Deputada Edite Salvaterra referiram-se a isso e penso que se há um assunto que devíamos forjar um largo consenso é sobre a reforma na Educação. O que é que temos tido? Devido a precariedade dos nossos governos, um governo começa uma reforma e não acaba, ele sai e vem outro, continua e corrige, outro começa uma outra, de maneira que temos um sistema nacional de educação que gera, em grande parte, ignorância. Não é por culpa de ninguém nem de nenhum governo, mas precisamos de conceber uma reforma integral do sistema, articulando aquilo que é positivo com aquilo que é menos positivo. Nomeadamente, no ensino básico temos um problema grave, e por favor, não confiem nas estatísticas que dão 90% de passagem na primeira classe, 80% na segunda e 90% na terceira. Há turmas em cima de turmas e as crianças chegam a terceira classe e não sabem escrever. Portanto, é uma coisa que é cumulativa, vai-se transferindo de classe

para classe. Quem chega a nona classe começa a ser professor da quarta, quinta classe e então temos aqui um sistema que, de facto, gera muita ignorância, e sobretudo, consome muitos recursos. Independentemente dos números, tenha toda a prioridade que tiver, acho que devíamos, em termos de recursos, concentrar no ensino básico. Sem essa melhoria do ensino básico, creio que todo o resto está comprometido. Sei que é muito difícil, já aqui se levantou a questão do dinheiro para a bolsa dos estudantes que estão no exterior, mas há escolhas que temos que fazer e acho que a mais acertada, em termos de desenvolvimento, é o ensino básico de qualidade até sexta classe e, como parte disso, necessariamente, a formação dos professores. Penso que temos formado, aceleradamente, os professores, temos que ter projectos urgentes da capacitação e da promoção bem desenhados. Porque há projectos que vieram aqui que geraram problemas graves e não resolveram nada de essencial que se tinha.

Uma última palavra para não comentar, o Sr. Deputado Levy referiu-se a isso e também outros Deputados do meu grupo parlamentar. Sou também daqueles que não tem inveja de ninguém, acho que todos devemos procurar o melhor para a nossa vida e com o nosso trabalho, mas é de todo conveniente, até por razões de natureza legal e outra que não quero aqui entrar, de natureza pessoal, que aquilo que é do Estado seja financiado pelo Estado. De facto, às vezes temos pressões tremendas que ficamos sem solução, mas não pode ser.

Lembro-me que tínhamos um carro de bombeiros que se não ficasse pronto na quinta-feira, para estar no aeroporto na sexta-feira, não haveria voo. Tivemos que arranjar 80 milhões de dobras porque não havia no Estado. Às vezes há essa pressão, mas não pode ser, de maneira sistemática, financiarmos acções e actividades do Estado relacionadas com o Estado de maneira privada. Não é de todo aconselhável!

Última palavra, quando falava da administração pública, o Sr. Primeiro-Ministro levantou uma série de questões, de critérios e o último foi o da lealdade. Sinceramente, não sei em que sentido fez, mas a lealdade que um funcionário público deve ter é com o Estado. Um membro do Governo, não, pode ser uma lealdade de natureza pessoal, mas o funcionário público a lealdade tem que ser para com o Estado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Martinho Domingos.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Srs. Deputados, as minhas saudações.

Há meses atrás estivemos nesta Sala para dar o aval ao Governo, para apresentar o seu OGE. Primeiramente, aprovámos o Programa e dissemos ao Governo que podia apresentar o seu OGE. Estamos cá, novamente, para dizer ao Governo que pode começar com a sua acção. Estamos aqui para contribuir, é de louvar as contribuições que estão a ser dadas aqui para o Governo trabalhar, para a partir de agora começar a desempenhar a sua função na totalidade.

Para dizer que a população está satisfeita, desses quatro meses de governação, encabeçada pelo DR. Patrice Trovoada, as decisões que foram tomadas, até agora, vai na expectativa da população e ela está hoje à espera que possamos dizer ao Governo para continuar. Teremos, pois, que aprovar este OGE para dar garantias ao Governo.

Como eu já tinha dito, muitos subsídios foram dados. Certamente que ninguém é perfeito, não há perfeição e o Governo também não é perfeito e são necessários subsídios e conselhos. Mas a decisão terá que ser do Governo, porque há conselhos que muitas vezes não são bons e podem não ser acatados pelo Governo. O Governo é que terá que decidir. Uma coisa é certa, tudo dependerá agora do Governo, se trabalhar bem a população vai dizer que o Governo do ADI trabalhou bem; se trabalhar mal, vão dizer também que o Governo do ADI não trabalhou bem, não importa os conselhos que o Governo recebeu.

Gostaria de dizer também, como aqui já foi dito, que este Orçamento não difere muito de outros orçamentos. Gostaria que diferisse em termos de execução. Como sabemos, apresenta-se um OGE muito bonito, com um valor muito alto, mas ao nível de execução não atinge 50%. Mas gostaria que este Orçamento atingisse 80 a 90% ao nível de execução.

Também acredito muito na capacidade do Chefe do Governo em mobilizar apoios para sustentar este Orçamento.

Foi dito aqui que o nosso país está doente. É verdade! O nosso país está doente! Acho que o Governo tem feito análises, nós os Deputados também estamos a fazê-lo. O País está doente em todas as áreas, foi dito aqui ao nível da Educação, e não só, nós constatámos. Mas também para dizer que não é agora que vamos resolver o problema. Teremos que tomar contacto com as situações e depois agora tentar preparar os subsídios para tentar resolver a situação.

Muitas obras foram realizadas, factos já consumados e, certamente, não vamos falar deles. Falou-se do liceu da Trindade, não vamos voltar a falar dele porque é um facto consumado, seja ela bem realizada ou não. O que vamos fazer, são aqueles que ainda não estão consumados, os projectos que estão ainda em curso, e se não for um bom projecto, certamente, haverá uma falha ou outra, teremos que tentar procurar uma maneira, um contributo para sustentar o projecto em curso.

Também gostaria de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que o partido ADI fez campanha, fomos eleitos e a população está à espera e tudo vai depender do desempenho deste Governo daqui para diante. O Governo tem um ano para começar a demonstrar, na verdade, aquilo que disse à população que iria realizar.

Então, meus caros colegas Deputados e Deputadas, gostaria que aprovássemos o OGE para dar garantias à governação do País.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, venho para esta tribuna dizer o seguinte: Não estou a responder pelo Governo, mas reforçar algumas ideias concernentes à Educação, que é um problema que foi já levantado pela Sr.^a Deputada Edite Salvaterra.

Mas antes disso, o Sr. Deputado Rafael Branco, na sua intervenção falou da falta de documentos de regulação para o sector de energia. Só queria dizer ao Sr. Deputado que o senhor criou uma instituição muito boa, a AGER. AGER é fruto do seu trabalho, com os técnicos da altura, na verdade, e o Sr. Deputado esqueceu-se que AGER é a Actividade Geral de Regulação onde entra telecomunicações, água, energia e correios. Neste momento, há técnicos da AGER a serem formados e já estão a trabalhar na legislação sobre a privatização do sector energético. Não quero com isso dizer que o Governo terá que privatizar este ano, não sou eu quem tem a resposta para dar, a pergunta foi feita ao Governo. Só quero dizer que há técnicos a trabalhar no sentido da regulação da energia.

Em relação à Educação, quero dizer o seguinte: É que nós em São Tomé temos que evitar de copiar modelos. E muitas vezes há modelos que copiamos que não nos cai bem! Porque recordo-me muito bem que quando começou o projecto do Ensino Básico, alguns técnicos discutiram bastante sobre esse problema. Mostraram-me os pontos negativos do projecto do Ensino Básico, mas quando vemos dólares à nossa frente ficamos logo malucos, vamos atrás dos dólares e não vemos, de forma nenhuma, o problema da sociedade são-tomense nem se na verdade esse projecto é ou não viável para São Tomé e Príncipe. Aplicamos esse projecto.

Esquecemo-nos de ver essa parte e o que é que acontece!? Aceitamos o projecto, assinamos e quando o aplicamos dá o que está a dar agora com o Ensino Básico. Porque agora temos um Ensino Básico de 1.^a a 6.^a classe, e mesmo que o aluno não saiba escrever o seu nome vai para a 2.^a classe; não sabe somar um mais um, ele vai para a 3.^a classe e só na 4.^a classe é que ele faz um exame para a 5.^a classe. Pergunto: estamos a fazer o quê? Na altura, quando dissemos que esse projecto não era viável disseram-nos que não, se o País tal – não vale a pena dizer o nome -, fez, também podemos fazer. Um professor que lecciona a língua portuguesa há 20 anos, ele é obrigado agora a leccionar francês; um professor que lecciona estudos sociais há 20 anos, ele é agora obrigado a ensinar matemática, e sem fazer formação. Só fizeram a formação em duas semanas para ensinar matemática. Estamos a fazer o quê afinal, minha gente!?

Murmúrios.

Mas na altura dissemos que esse projecto não era bom, ele tinha que ser estudado! Porque o País tal fez, então temos que fazer também. Não! O mesmo erro, estamos a cometer com o Ensino Secundário. Porque neste momento temos o projecto «Escola+», que vai de 7.^a a 12.^a classe, mas tem lacunas. Essas lacunas foram vistas na altura; um aluno que acabe a 11.^a classe, daqui há dois anos, estará impedido de fazer engenharia. Porquê? Porque vai-se pedir a 12.^a classe. A Física e a Química leccionam-se até a 11.^a classe; na 12.^a classe o aluno não estuda essas disciplinas. O que é que acontece? Há alguns programas interessantes que se deve ensinar na Física na 12.^a classe que não se encaixou no programa. Foi dito que temos que ver uma forma de encaixar esses conteúdos no programa do 12.^o ano. Disseram que não, porque tal país não faz, para nós também não nos interessa! Mas fomos enganados, porque o programa que se está a aplicar em São Tomé já foi revogado noutros países, mas estamos ainda a aplicar aqui. E em São Tomé não temos como dizer não a um projecto. Amanhã vamos dizer que os nossos filhos não dão para nada. Os estudantes são-tomenses, anteriormente, eram considerados os melhores nas universidades, hoje são os piores. Sou professor universitário há cerca de 6 anos, um aluno na universidade não sabe a raiz quadrada de nove, ...

Murmúrios.

... não sabe, na universidade! São obrigados a usar a calculadora. E o pior é que eles estão a estudar para serem professores. Como disse o Sr. Deputado Rafael Branco, eles estão a formar-se para serem professores e amanhã ensinarem aos alunos. Estamos num ciclo vicioso ao nível da Educação.

Por isso, peço ao Sr. Ministro da Educação, na verdade, não é pelo facto de estarmos a envergar a mesma camisola, etc., porque essas coisas devem ser ditas, de forma que o senhor chame os técnicos, sobretudo, que estão a trabalhar no Ensino Secundário, para que digam o que se passa com o projecto «Escola+», que neste momento está a ser aplicado em São Tomé.

Porque vamos ter problemas sérios com os nossos estudantes nas universidades. Neste momento, temos um programa muito bom, vão acabar com os exames na 9.^a classe e só haverá exames ao nível de Português e de Matemática – porque estamos a copiar -, vai-se acabar os exames na 11.^a classe, vai-se fazer exames a uma ou duas disciplinas, etc., etc.

E esse programa não foi revogado, está-se a aplicar à 7.^a classe, neste momento faz as provas como estão a fazer, mas peço ao Sr. Ministro da Educação nos dê explicações sobre a questão, porque é o titular da pasta da Educação. Como eu disse, é bom que estes programas sejam revistos porque é muito importante que analisemos esses casos todos para que as coisas não piorem. Como disse a Sr.^a Deputada Edite e é verdade, a cada dia que passa a educação está a entrar no buraco. Há alunos que não sabem escrever os seus nomes; acabamos com a prática de

fazer cópias; as caligrafias são uma dor de cabeça. Portanto, peço ao Sr. Ministro da Educação que reveja todos os projectos e os analise correctamente, pelo bem da Educação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr.^a Deputada Isabel Domingos.

A Sr.^a **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu Elenco, Srs. Deputados, bom dia a todos. Nunca é demais desejar um bom ano a todos, repleto de realizações, de alegrias e de muitas coisas boas, que bem precisamos.

Desde o início desta actividade tenho ouvido com muita atenção as diversas intervenções. Em nome da população são-tomense, reservo-me o direito de agradecer as contribuições que têm-se vindo a dar para a melhoria do documento que temos em análise, porque é um documento que visa a população são-tomense para que, assim que possa ser executado, seja um valor que venha a melhorar a sua condição de vida. População essa que está a escutar-nos com bastante atenção, a ver e a analisar os nossos comportamentos, as nossas atitudes e pedir para que possamos ser bastante contundentes, ponderantes na análise de coisas que lhes dizem respeito.

Já o disse aqui na minha intervenção aquando da discussão do Programa do Governo, é necessário eleger prioridades. Precisamos de saber, efectivamente, por onde começar e, tanto as GOP como o OGE elegem, na minha perspectiva, essas prioridades. Água, energia e infra-estruturas são condições que vêm suscitar e sustentar qualquer desenvolvimento que poderá beneficiar São Tomé e Príncipe.

Mas há questões que me preocupam. Por exemplo, que perspectivas há nestes documentos para os jovens? Fico com uma certa dúvida. Há quanto tempo São Tomé e Príncipe é um País jovem? Quais foram as medidas apresentadas até hoje para a melhoria da população jovem? Todos somos jovens, uns mais que outros,...

Risos.

... mas o que acredito é que a mentalidade seja jovem. Cabe a nós todos, enquanto Governo e enquanto oposição, apresentar medidas que possam melhorar a população são-tomense.

Abordou-se também a questão sobre os meninos de rua. Creio que essa questão é transversal. Quando formos capazes de melhorar a condição social, dotar as famílias outra vez de valores, aí sim, os meninos de rua encontrarão a sua reintegração! Porque não são só os que não são registados, muitos o são, têm pai e mãe e vivem na mesma casa. Mas vão para a rua porque encontram lá melhores condições lá, e muitas vezes, Sr. Deputado, para sustentar a família. Porque a mãe está desempregada, o pai está algures e ele sente-se responsável pela sua família. Então é necessário, nós cá, enquanto representantes do povo, auxiliar o Governo, que foi legitimado para tal, encontrarmos condições para melhorar a sociedade, a família e, obviamente, encontraremos soluções para os ditos meninos de rua.

Venho também juntar a minha voz em relação à Educação. É com muita mágoa que vejo o declínio vertiginoso da situação educacional. Elegemos a reforma, tem que se reformar o sistema curricular porque isto está mal, vem de há muitos anos, temos que mudar isto e aquilo, temos que reformar, muito bem. Mas vamos reformar como? Com projectos vindos de outras realidades? Vão adequar-se aonde, a que população? À nossa, onde a leitura não faz parte, onde os materiais escolares não existem?

Introduziram-se as reformas, os meninos passaram todo o primeiro período sem manuais, e estamos a fazer reformas, estamos a melhorar o sistema educativo! Nem toda a gente tem a oportunidade de passar pelo sistema pré-escolar e quem passa, passa com as dificuldades existentes dentro desse sistema. Chega na 1.^a classe, o aluno vai e não é avaliado; então na 2.^a classe tem dois níveis de alunos: os que transitaram com aproveitamento e os que transitaram sem aproveitamento. E como é que vamos conjugar os que ficaram sem aproveitamento? Chegam no final da 2.^a classe e são avaliados. Não sei que sistema de avaliação, mas são avaliados; vão para a 3.^a com aproveitamento ou sem ele outra vez e estão transitando de classes. Chegam ao 5.^o ano, há fusões, estão por áreas: áreas sociais, áreas de ciências, áreas de expressões. Estamos a modernizar, é muito bom. Com que sistema? O Sr. Deputado Cecílio falou muito bem, os professores estão a leccionar há 20 anos português e agora são confrontados porque têm que leccionar português e francês. Só que não nos apercebemos de uma questão: o professor e o aluno, nesses termos, estão em pé de igualdade.

Risos e murmúrios.

Estão! Porque o professor tem que aprender francês cinco minutos antes de ir leccionar ao seu aluno e, enquanto ele não souber, ele deixa o aluno com qualquer trabalho, vai a turma ao lado ter com o seu colega que lecciona francês há 20 anos para lhe esclarecer para que ele esclareça ao seu aluno. Estamos a brincar!

Risos e murmúrios.

Estamos a rir, mas estamos a brincar com coisas sérias! Professores que recebem aulas, rapidamente, dos seus colegas antes de introduzir a matéria. Mas se discutiu o projecto chama-se projecto participado, onde todas as partes estiveram integradas. É assim que se chama o projecto. Depois questiono, juntando a minha voz ao do Sr. Deputado Cecílio: Quando elegemos a reforma, pensámos em São Tomé e Príncipe ou pensámos no projecto?

Conversemos com os professores e vamos escutar a sua opinião em relação a isso!

Ouvi aqui ontem alguém dizer: — «Vamos eleger a são-tomensidade!»

Vamos mesmo eleger a são-tomensidade, por favor!

Vamos criticar o que é para ser criticado, mas a título construtivo; vamos ajudar a melhorar, ninguém é mais que o outro, cada um tem a sua posição; vamos opinar; vamos ajudar o Governo, porque aprovar o documento que temos em mãos não é um favor, minha gente! Digo isso e sei que os Srs. Deputados o sentem, não é um favor. Porque quando melhorarem-se as coisas, não será um favor. Cada um vai estar no seu canto, gozando das suas regalias e das melhorias que foram feitas. Quando tivermos que tomar alguma decisão, vamos pensar que, para além de mim e do meu umbigo, há mais alguém ao meu lado e que está à espera.

Quero também dizer que estamos a evoluir. O mundo não foi feito num dia, vamos melhorar o nosso comportamento dentro desta Casa Parlamentar. Que a educação, realmente, passe por nós, que saibamos controlar as nossas emoções, as nossas ansiedades e possamos, efectivamente, contribuir, de forma positiva, para a aprovação deste documento e a sua própria execução.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Edite Salvaterra.

A Sr.^a **Edite Salvaterra** (PCD): — Sr. Presidente, acho que aqui não estamos na altura de estar com melindres. O Deputado fala aquilo que ele sente e lhe convém dizer.

Quando falei dos jovens ou das crianças, se não falo deles falo de quem? Se passei toda a minha vida com jovens e crianças. Pensam que estou a influenciar a população e quero os jovens só a meu favor? Não! E para já, não é só o ADI que tem jovens...

Protestos do ADI.

... todos os partidos têm jovens! Estou a falar directamente para o Sr. Deputado Levy, não estou a influenciar ninguém! Só estou a falar aquilo que sinto dentro de mim. E sei tudo que passa no País, porque ando nos *funca - funcás* e ando muito nos transportes públicos todos os dias, oiço muitas coisas, independentemente das condições sociais, misturo-me muito com o povo.

Portanto, não venha cá dizer que se está a influenciar os jovens. Toda a minha vida tenho trabalhado com jovens e crianças.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio Martins.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria, antes de mais, de cumprimentar a todos os membros do Governo aqui presentes, bem como a todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Da abordagem que tivemos a oportunidade de fazer aqui neste palco, no que concerne à matéria ligada aos direitos humanos, achamos pertinente colocar algumas perguntas, de modo a sairmos devidamente esclarecidos.

Temos três questões, são sete, mas as outras vamos submeter depois, na altura da discussão na especialidade.

A primeira questão: Como pensa enquadrar as questões que têm a ver com pessoas com deficiências nas GOP e no OGE, no aspecto da reabilitação profissional dessa franja duplamente marginalizada e a sua inserção social?

Segunda questão: O que pode ser feito para se criar o ensino especial para pessoas com necessidades especiais?

Terceira questão: Como melhorar o acesso à Justiça para permitir que os cidadãos de baixa renda tenham justiça digna, com advogados de defesa à altura das suas funções, como recomendam as convenções internacionais, algo que poderá contribuir para diminuir a morosidade dos processos nos tribunais e, conseqüentemente, a diminuição dos prazos da prisão preventiva?

Portanto, são estas três questões às quais gostaria que o Governo pudesse dar alguma explicação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alcino Pinto.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, os meus cumprimentos.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, faço uso da palavra, mas quero vos confessar que faço-o enquanto Deputado, numa forma bastante genérica, sem me ater especificamente ao Orçamento. Este posicionamento resulta do facto de ontem em casa eu ter feito um esforço para analisar alguns orçamentos dos governos anteriores, tendo-me concentrado esta manhã naquilo que são os resultados da execução do Orçamento de 2010.

Há uma nota dominante que é transversal nos governos, espero que este faça a diferença, que é um nível de execução extremamente baixo, quer no que concerne às receitas totais, particularmente aí, porque ao nível das despesas, o nível de execução é alto.

Deixe-me dizer-lhes que do meu ponto de vista, vivemos um tempo em que não há certezas.

Particularmente, aqui em São Tomé e Príncipe, estamos, infelizmente, nos habituando de ano para ano a viver acima das nossas possibilidades. Não obstante o esforço que fez a minha colega, a Sr.^a Deputada Ângela Viegas no sentido de nos clarificar que o nível de contribuição nacional para o OGE é apenas de 30%, temos uma nota

dominante de que no Capítulo de Investimentos Públicos, assistimos a uma quebra da nossa contribuição. E isso deve nos preocupar a todos. Não só ao Governo, mas nós, os Deputados que temos a responsabilidade de aprovar o Orçamento e é preciso, neste domínio, tranquilizar a todos. Nós somos o maior grupo parlamentar da oposição, e na primeira intervenção, e é uma decisão consciente e firme do nosso partido o MLSTP, a orientação é de viabilizarmos o Orçamento.

E viabilizar o Orçamento não quer dizer estar de acordo com ele. Que fique claro. Votar para viabilizar o Orçamento significa que mesmo não estando de acordo, vamos fazer com que ele seja aprovado para que o Governo tenha os instrumentos para executar ou iniciar a execução do seu Programa, permitindo desta forma que haja estabilidade governativa. O País está cansado de instabilidade e precisa, e espero que sim, que este Governo, como alguns Srs. Deputados, mesmo do Grupo Parlamentar do ADI fizeram aqui afirmações, se eventualmente, governar mal, no fim da Legislatura, o povo saberá decidir. Espero que este Governo faça melhor do que nós fizemos. Por isso, continuando, Sr. Primeiro-Ministro, para além de estarmos a viver acima das nossas posses temos um País praticamente que só vive de créditos e de donativos. Um País que, infelizmente, não produz ou que produz pouquíssimo e o que é mais grave, onde a cultura de trabalho não existe e as lideranças políticas do País pouco fazem para que as pessoas ganhem o gosto pelo trabalho.

Sr. Primeiro-Ministro, se eu fosse a si, numas das sessões de Conselho de Ministros seria para discutirmos a questão de trabalho. Mas questão de trabalho de forma que os governantes, e como dizia um colega Deputado, transversalmente, encontrar-se uma fórmula, não sei se é possível, para que esta cultura de trabalho comece nos governantes e possa terminar no último cidadão. Nós trabalhamos muito pouco para um País que vive de ajuda externa.

Eu tenho quase a certeza, nunca me dediquei a esse trabalho aturado. Na nossa administração pública nas 8 horas de trabalho quotidiano se trabalhamos, de facto, 3 horas, é muito. Daí que é preciso que haja um contágio para que todos possam de facto trabalhar. Mas há pessoas que se dedicam seriamente ao trabalho, não só no Governo mas na administração, a nível privado, mas a grande maioria. E é preciso que o Governo, particularmente os Ministros, os seus principais colaboradores, sejam referência neste sentido. Dizia eu, um País onde o preço do dinheiro sobe permanentemente e a dívida do País, não obstante o recente perdão, continua a crescer. Disse o Sr. Primeiro-Ministro no seu discurso que a nossa dívida pública é grande e particularmente no nosso ponto de vista interno, por isso mesmo, julgo que uma pergunta se deve colocar. O País inteiro, os governantes, os governados têm que perguntar: — O quê que temos que fazer?

Sr. Primeiro-Ministro, esta questão, para mim, é central porque no fim, no dia 31 de Dezembro do próximo ano, por esta altura, teremos que fazer, espero que façamos isso em 2011 ainda, a aprovação do OGE de 2012.

Quando dizemos que a economia cresceu 4%, para 2010, 4,5%, vamos repetir a mesma percentagem para 2011, eventualmente. O quê que isso traduz, de facto, na melhoria das nossas condições?

Nós crescemos, os países quando crescem 1% ou 2%, isso significa um crescimento, de facto.

Nos países como o nosso, e países periféricos, esse crescimento, na maioria das vezes não se traduzem na melhorias das nossas condições de vida.

O quê que nós esperamos?

O Orçamento é um instrumento de política, mas no final?

Estamos assistindo uma economia que cresce, mas inversamente, a pobreza está crescendo. Por isso mesmo, como dizia alguém, não cresce o suficiente, mas é verdade, 4,5%. Com um índice de crescimento de população eventualmente abaixo. Estou a falar dessas questões, desde o início eu disse que provavelmente não estarei a entrar no âmago do Orçamento, é porque a aprovação de um orçamento é um momento muito especial para a actividade governativa, talvez, dos momentos mais nobres em qualquer Parlamento do mundo. Mas, no fim, esta é a pergunta que quero colocar a nós todos: No fim, o que é que nós vamos esperar? Queremos, de facto, melhorias. Queremos melhores estradas, queremos água, como aqui foi dito, queremos melhorar o ensino, e sobre essa questão, julgo que depois de tantas intervenções ilustres sobre essa matéria, estou convencido que o Sr. Ministro da Educação boa nota tomou e promoverá, nos próximos tempos, uma reflexão com as pessoas mais directamente envolvidas sobre a questão da Educação, sem educação, sem a melhoria da nossa qualidade de ensino, possamos investir, mas estaremos permanentemente dependentes dos outros, daí que estou convencido de que essa reflexão será feita.

Perguntaria: Que melhorias poderíamos esperar?

As contas públicas precisam de ser consolidadas de uma forma sustentada para dar credibilidade ao País e tranquilizar o mercado externo. Falou-se aqui de SAFE. Todos os anos ouvimos falar de reforma da administração. É verdade que quando analisamos o relatório de execução do Orçamento, vemos referências positivas na evolução, mas essa evolução, continuo a perguntar, ela traduz-se no quê, em concreto?

Estamos a falar de uma sociedade onde os homens e as mulheres precisam ver, de ano para ano, alguma melhoria. Como conseguir isso?

Hoje como ontem, o País continua a exportar pouquíssimo, para não dizer que não exporta. Consumimos apenas o que vem do exterior. Que pistas dá o Orçamento para invertermos a situação?

É verdade que estamos a falar de uma percentagem significativa para o sector das infra-estruturas, estamos a falar de algum financiamento para a economia real, para o sector da agricultura e para o sector das pescas.

O Sr. Deputado Rafael Branco e Presidente do meu partido fez aqui uma sugestão no sentido de fazer algum investimento significativo na área de irrigação. Não é aceitável que num país onde todo o mundo diz que tem grande potencialidade agrícola que do ponto de vista de sustentabilidade alimentar continuamos a depender tanto, tanto assim

do exterior. Do ponto de vista agro-pecuário, julgo que é preciso reinventar. Acredito que é possível pôr este país a produzir o necessário para alimentação de sua gente, pelo menos, no sector agro-pecuário. Acredito que sim!

Vou ser breve, mas deixem-me ler algumas notas ainda e vou passar a lê-las sem fazer outros comentários adicionais.

Dizia eu, como poupar? O País precisa de poupança, mas pergunto, como poupar, se ainda não temos o necessário para o quotidiano? Porém, a situação reclama também que se faça um esforço de poupança. Volto a perguntar: Como? Quando?

O País precisa, a população precisa, os governantes precisam, a Nação reclama. Ou mudamos de hábito ou sucumbimos colectivamente. É preciso produzir mais para consumirmos mais. O que é produzir mais?

Podemos produzir aqui, sobretudo, no domínio da segurança alimentar – eu fiz referência a isso. Investindo seriamente nesse sector, podemos criar novos emprego. O emprego começa a rarear no nosso país. Falou-se aqui da juventude. Eu já não sou tão jovem, não é Sr. Deputado?

Sou menos jovem. E sobre essa questão da juventude, porque trabalhei durante muito tempo com a juventude. Fui o único responsável da organização juvenil, no período de partido único

Tenho experiência e alguma sensibilidade para as questões dos jovens. E paradoxalmente que seja, quando falamos de muitas questões do País, estamos a falar de um país essencialmente jovem. Talvez não seja necessário destrinçar a juventude, que é ela é que a maioria. Se resolvermos os graves problemas do país, é verdade que a juventude tem a sua especificidade. Estamos a resolver, naturalmente, o problema dos jovens.

Sr. Primeiro-Ministro, nós do MLSTP/PSD fizemos bastante para este País. Talvez não fizemos o suficiente, por isso, o voto maioritário foi para o seu partido.

Porém, deixe-me recordar-lhe das inúmeras de uma vida melhor, assim o espero também, que o senhor e a sua equipa fizeram aos eleitores. Prometer o melhor é necessário, mas fazer o melhor é o essencial.

Do meu ponto de vista, a venda de ilusões e de vida facilmente melhorada levou-o, com legitimidade à governação.

Sr. Primeiro-Ministro, as opções do seu partido, quer nas GOP quer no OGE, estão nos instrumentos que vão ser aprovados. Deixe-me, contudo, dizer-lhe que os próximos tempos serão de dificuldades. As expectativas são enormíssimas, talvez este é o Governo que está com mais pressão do que os outros. Por isso mesmo está com um período de graça maior que os outros.

O imediatismo impera no quotidiano e grande parte da nossa população e com particular ênfase, para a nossa juventude. Por isso, a minha primeira recomendação, e se quiser um conselho, vai no sentido de serenidade e bom senso. Sublinho, serenidade e bom senso! Serenidade, porque a Nação reclama amplos consensos nas áreas estratégicas para o desenvolvimento, para construirmos o amanhã. O caminho que vamos percorrer, o poder e a oposição têm espinhos, e espinhos, muitas vezes, pequenos e escorregadios que, às vezes, é-nos difícil identificá-lo.

Dito isto, não estou a aconselhá-lo, Sr. Primeiro-Ministro, a abandonar a firmeza. A firmeza é necessária! Parecendo dois eixos antagónicos para alguns, quero assumi-lo como duas faces da mesma moeda. Estas considerações têm, contudo, um condão: Quero que o seu Governo melhore a situação que me referi anteriormente.

Estou a desejar-lhe êxitos, quero, por isso, melhor. Isto porque quando o meu partido regressar ao poder, daqui a alguns anos, não queremos receber um País pior do que temos hoje. Por isso desejo-lhe êxitos.

Sobre as GOP, deixe-me recordar-lhe, Sr. Presidente, as considerações que fizemos no relatório da 2.^a Comissão, porque não acredito que nesta discussão vamos ter a oportunidade de melhorar, significativamente, este documento, tendo em conta os vários constrangimentos que neles estão inseridos. Daí que a nossa proposta, e quero recordar aos Srs. Deputados e também um pouco ao Governo, é de que este documento, com algumas melhorias, seja adoptado. Mas que num próximo momento a Assembleia e o Governo façam uma reflexão sobre o que devem ser as Grandes Opções do Plano.

Uma última nota que é importante, é sobre a questão da luta contra a corrupção e sobre ela quero deixar uma pergunta: Que instrumentos, Sr. Primeiro-Ministro, pensa o Governo utilizar para que se deixe apenas de falar e caracterizar a classe política de corrupta e começar, de facto, a combater a corrupção?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, praticamente cerca de 80% da Assembleia já fez intervenções. É um bom exercício. Temos o registo de 46 intervenções nos três dias dos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, era apenas para precisar uma questão. Aquando da minha intervenção havia dito que não constava no orçamento verbas para bolsas de estudo no exterior e também teria dito, salvo o erro, quero penitenciar-me, que por acaso descobri aqui numa página aqui entranhada e não na sequência...

Risos.

... bolsas de estudo para o exterior. Se o Sr. Ministro tiver que responder às minhas preocupações, fale apenas da questão de ajuda de custos.

O Sr. **Presidente**: — Vamos convidar o Governo a tomar a palavra, se tem esclarecimentos sobre questões levantadas esta manhã.

Convido o Governo a responder às questões levantadas esta manhã.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo** (Patrice Trovoada): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Governo vem responder às perguntas e vamos fazer esforço para não esquecermos algumas perguntas que foram aqui colocadas. Irei responder à algumas, depois o Ministro das Finanças irá completar, o Ministro da Educação, o Ministro das Obras Públicas, o Ministro do Plano e o Ministro da Justiça tomarão a palavra quando for necessário entrarmos em detalhes.

Fundamentalmente, irei esclarecer também algumas questões levantadas pelo Sr. Deputado Rafael Branco, ex-Primeiro-Ministro. Mas antes, gostaria de dizer que o Governo agradece o clima e o nível do debate e das intervenções, com muita responsabilidade, com muito sentido de Estado e que todas apelam para o realismo, para não fugirmos à verdade e para termos coragem. À quem se pede mais coragem é ao Governo, e este, estou convencido, tem a coragem para enfrentar os tempos difíceis. E espero que, sendo o osso mais duro para o Governo, nomeadamente, a oposição, continuo com este sentido de responsabilidade para com o País.

O Sr. Deputado Rafael Branco falou e aconselhou para não confiarmos nas estatísticas, quando falou da Educação, salvo o erro. Quero dizer que, de facto, é difícil um Governo governar sem ter instrumentos estatísticos fiáveis. Tendo alguns problemas com os indicadores, é verdade que, às vezes, na discussão, no debate político, falamos das estatísticas quando achamos melhor, as médias, as concentrações, mas, tirando esses aspectos, o que é verdade é que temos problemas graves de estatísticas, de indicadores e que brigam com a programação de qualquer política. Essa questão de estatísticas e de indicadores também poderá ser abordada pelo Sr. Ministro das Finanças quando se falar da questão do emprego e da relação crescimento e emprego. Temos que melhorar, de facto, os instrumentos estatísticos.

Estamos de acordo em relação à política salarial, que é algo bastante delicado, mas aí também, temos que fazer algumas opções políticas, tomando em conta todas as considerações. Essas opções vão ser feitas, evidentemente, em concertação com os parceiros sociais e pensamos que os 10% de aumento da massa salarial poderão, da melhor maneira possível, corresponder a uma política de justiça, em termos de salário e de sacrifício também. Porque é verdade que algumas pessoas terão que encarar o ano 2011, mais do que as outras, como um ano de alguma contenção e sacrifícios.

Não abordamos a questão do porto de águas profundas porque gostaria também de esclarecer que esse projecto tem conhecido algum atraso, pouca evolução, não por parte do Governo, mas sim por parte do investidor. O investidor, como já se falou, tem alguns problemas financeiros, fomos informados que ele arranhou uma hipótese de solução com a abertura de capital e, nas próximas semanas, teremos uma reunião com ele para vermos se, de facto, podemos avançar com o projecto, evidentemente, benéfico para São Tomé e Príncipe.

O Sr. Deputado Rafael Branco também percebeu muito bem aquilo que eu disse em relação ao cabo submarino. A verdade é que o dossiê está a avançar, as negociações estão a avançar, houve melhorias significativas nesse dossiê. Em relação à Região Autónoma do Príncipe, ela beneficiará de capacidade através de uma solução técnica que está a ser estudada. Não foi feita menção da extensão do cabo submarino para a Região, mas sim da capacidade que pudesse também abranger a Região Autónoma do Príncipe.

Em relação à EMAE, o Governo disse que irá privatizá-la. Talvez quando falamos de privatização é conveniente entrarmos em detalhes porque cria uma certa inquietação, nomeadamente, às vezes com o custo social que pode isso ter. Mas dissemos também que a EMAE tem um problema estrutural e então é preciso termos a coragem de abordar com frontalidade essa questão. Agora, a privatização, fruto de uma opção nossa, mas também da recomendação dos parceiros, nomeadamente o Banco Mundial, será feita. Ela não acabará em 2011 porque é uma privatização que está programada para ter lugar faseadamente até os próximos cinco anos. Mas quero dizer também que o sistema energético no nosso país já tem alguma dose de privatização também, no que diz respeito à produção. Ela também coloca outros tipos de problemas com os quais temos que lidar, nomeadamente, vimos que as fórmulas de privatização ainda carecem de sustentação. Por conseguinte, a privatização não pode ser um tabu, é uma opção política do Governo; demorará o seu tempo, tem a ver com a problemática da produção, a problemática da distribuição, a problemática dos transportes e distribuição, a problemática da comercialização e dos investimentos que, necessariamente, terão que ser comparticipados. Mas, enfim, para dizer o quê? Este ano prevemos a privatização da gestão e a abertura do capital da EMAE a parceiros privados. Em que proporção, ainda não está definido, provavelmente, o tratamento, através dessa participação de capital de entidades privadas, o tratamento de uma parte da dívida da EMAE e continuarmos a investir também no sector.

Penso que, no que diz respeito à Agricultura, a questão está contemplada no OGE, que são os estudos para as represas, para permitir resolver esse problema da irrigação e também, através delas, o problema do aumento da água disponível para utilização doméstica.

Acrescento ainda que, no que diz respeito à lealdade, é evidente que se pede lealdade para com o Estado e estou convencido de que se houver mais lealdade para com o Estado, se houver mais trabalho, como apelou o Sr. Deputado Alcino Pinto, as coisas irão melhorar significativamente.

É evidente que houve uma omissão, estávamos a falar do PIP em 93%, mas 70% do OGE é também um caso considerável. Toda a gente tem consciência do esforço que temos que fazer, em matéria de mobilização de recursos.

Simplemente, agradeço, mais uma vez, a intervenção do Sr. Deputado Alcino Pinto, penso que foram ditas coisas bastante importantes. A 2.^a Comissão pode contar com o Governo, quanto a nós vamos voltar a estudar essa questão das GOP e OGE. O Governo no seu Programa falou que iria, paulatinamente, introduzir a orçamentação por

programas, por projectos. Penso que é uma via de melhorarmos, de facto, quer o desempenho do Governo ao nível da execução orçamental, quer também a fiscalização, digamos, das acções do Governo. É algo que deveríamos com o Ministério das Finanças acelerar, digamos assim, o processo de internalização.

Por isso, gostaria agora, com a vossa permissão, de deixar o Sr. Ministro das Finanças para responder também a algumas precisões que foram pedidas pela Sr.^a Deputada Ângela Viegas e também os outros Ministros, a todos peço que possam responder às preocupações dos Srs. Deputados da melhor maneira.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, com a permissão do Sr. Primeiro-Ministro, venho responder a algumas questões aqui levantadas.

Primeiramente, queria responder a questão levantada pelo Sr. Deputado António Ramos sobre o encontro tido com o Governo Regional. Gostaria de dizer que houve sim, como houve com todas as outras instituições. Acho que foi um encontro produtivo, numa das fases do Orçamento, para quem o elabora conhece, que é a fase de conferência orçamental. Mas o Orçamento não termina com a conferência orçamental! Ele termina com a compilação das informações todas, de acordo com um teto orçamental, que é este teto, com coerência em relação às receitas e despesas, que serão submetidas à Assembleia Nacional, que é o documento final que temos aqui.

Mas eu queria dizer que esse encontro foi bom, em que fez-se opções, falou-se das dificuldades e também daquilo que se tem que fazer para melhorar o Orçamento da Região. Houve disponibilidade do Governo e, principalmente, do Ministério das Finanças, de estender até ao Príncipe aquilo que está-se a fazer no Governo Central. É a aplicação dos Códigos Tributários, recentemente aprovados na Assembleia, que estão a ser aplicados em São Tomé, mas que no Príncipe não estão a ser aplicados. Isso faz com que a contribuição do Príncipe para o seu Orçamento seja uma coisa ínfima, mas implementando esses dois Códigos aprovados ao nível nacional vai aumentar a capacidade do Príncipe para financiar o seu Orçamento.

Foi discutido com outra opção de o Governo reconhecer a possibilidade de ser assumida, de uma centralizada, a evacuação dos doentes do Príncipe que vêm para o Hospital Central.

Foi também discutida a possibilidade de afectar a verba de protecção civil, quando for necessário, para a Região do Príncipe. Por isso, não vejo porquê que há tanta polémica à volta disso. Com maior flexibilidade, como disse o Sr. Primeiro-Ministro, nos grandes projectos nacionais direccionar verbas para a Região Autónoma do Príncipe. Por isso, acho que o próprio Governo Regional está consciente disso. Discutimos isso várias vezes, chegamos a consensos, por isso, digo que há uma boa relação entre o Governo Central e o Governo Regional nessa matéria. E para anunciar que partirá na segunda-feira uma equipa do Ministério e já na próxima sexta-feira, eu, pessoalmente estarei no Príncipe para dar início a esse processo de reorganização ao nível de arrecadação de receitas na Região.

Falando um pouco da questão do emprego, disse o Sr. Primeiro-Ministro que temos um grande problema e toda a gente aqui conhece as nossas estatísticas. A nossa economia tem uma percentagem muito elevada de informalidades, e toda a gente aqui conhece. Falar exactamente de dados estatísticos coerentes neste momento, acho que estaríamos a cometer um erro. Acho que temos é que nos organizar quando estamos a falar de coisas reais. Se vou aos documentos de estatística a referência que tenho é de 2008, o nível de desemprego é de 26,8%. Será que é verdade? Portanto, é preciso que a gente se situe nessa perspectiva e juntos começarmos a organizar a nossa economia, de forma a termos indicadores fiáveis, que nos possa ajudar na tomada de decisões.

Vou um pouco mais longe, para dizer que quando falamos de desemprego teríamos que estar aqui a discutir que categoria de emprego estamos a falar. Há vários tipos de desempregos. Há desemprego friccional, estrutural e conjuntural. Posso dar um exemplo: Imaginemos que o Governo faz um grande investimento e instala aqui uma empresa – como é o caso que teremos brevemente, com a montagem de computadores «Magalhães». Pergunto: Será que essa cifra de desempregados que temos, grande parte deles vai encontrar emprego? Então temos que voltar para trás e ver o que é que temos que fazer para, realmente, debatermos essa situação. Portanto, acho seria muito arriscado chegarmos aqui e dizermos que a nossa cifra é essa e que daqui ao fim do ano vamos diminuir essa cifra para X

Teoricamente, se estamos a falar do desemprego ainda, podemos dizer que, segundo a teoria, desde que uma economia cresça acima de 3,1% ela está a criar emprego. Isto é teoria! Agora é preciso que a gente aprofunde isso para termos elementos suficientes para dizer: — Ok, vamos criar tantos postos de emprego daqui a tanto tempo até ao final do ano.

Portanto, acho que tínhamos que começar a ver se organizamos também esse nosso debate e vemos se organizamos a nossa economia, de forma a ela nos dar elementos para falarmos com um certa propriedade e não estarmos aqui a atirar percentagens, que muitas vezes não são reais.

Falou-se aqui também da questão dos bombeiros. É preocupação do Governo sim resolver a questão dos bombeiros, principalmente de uma forma descentralizada. Não está inscrito no OGE para 2011, mas estamos a fazer esforços no sentido de vemos se conseguimos mesmo através de doações. Mas se isso não for possível em 2011, em 2012 tudo faremos para inscrever no Orçamento uma verba para a aquisição de bombeiros e colocá-los de forma descentralizada.

Entrando agora nas preocupações da Sr.^a Deputada Ângela Viegas, minha ex - Ministra, ...

Risos dos Membros do Governo.

... pessoa com quem partilhei momentos bastante difíceis em tomadas de decisões - e não tenho receio de dizê-lo aqui e a Sr.^a Deputada também o reconhece – e quero prometer-lhe que seguirei as melhores coisas que foram feitas nesta Casa.

No discurso do Sr. Primeiro-Ministro, fez referência a 93% de ajudas externas. A referência era em relação ao investimento público e a Sr.^a Deputada tem razão que em relação ao Orçamento são por volta de 70%, mas em investimentos públicos são 93%.

Sobre a questão do País real, questão levantada pela Sr.^a Deputada e aqui foi repetido várias vezes. E é bom que se diga isso aqui, «País real».

As nossas receitas internas são de 36 milhões de dólares e as nossas despesas correntes são de 38 milhões de dólares. Isso significa que não conseguimos financiar as nossas despesas correntes! Portanto, é bom que toda a gente aqui reflecta muito bem sobre isso e, muitas vezes, acho que a gente devia distrair-se um pouco daquilo que é política e entrássemos no País real. Pensássemos em conjunto o que fazer realmente, para inverter essa situação, não a curto prazo, porque não é possível, mas, pelo menos, a longo prazo.

No médio prazo, vamos criar as condições e ao longo prazo para termos algum resultado. Isso faz-me ir um pouco para a intervenção do Sr. Deputado, Presidente da 2.^a Comissão, Alcino Pinto – trabalho -, e isso, para os economistas que conhecem muito bem o livro pai da economia, Adam Smith, «Riqueza das Nações: Trabalho»

Enquadramento macroeconómico. É claro e eu agradeço bastante a contribuição, em relação à inflação, na minha intervenção pus uma faixa entre 8 a 10%. Não querendo ser exactos, porque também na minha justificação fiz referência à alguns factores que são exógenos, que, muitas vezes, podem escapar ao nosso controlo. Felizmente começou a chover e vamos rezar para que assim continue. Porque se não chover os produtos internos, que fazem parte de, praticamente, 55% do IPC, do cabaz, vão aumentar, e esses podem levar consigo a inflação para níveis indesejáveis. Mesmo que tenhamos outros instrumentos, que é a ancoragem da dobra e a política fiscal. Portanto, se deseja que a gente estabeleça uma cifra, eu, conservador, vou a 10%. Porque vamos terminar este ano com 12,5%, aproximadamente. Então, conservador, podia ser muito optimista e dizer de 8 a 8,5%, mas sendo conservador, é melhor fixar um nível um pouco mais alto e consigamos um pouco mais baixo, vou até 10%.

O crescimento foi também uma questão aqui levantada, também temos tido alguns problemas e isso vem em relação àquilo que disse antes da nossa estrutura da economia e as informações estatísticas que temos. É bom que a gente também trabalhe muito nisso. Os dados estatísticos apontam que a estatística tem, devido a algumas situações que é preciso corrigir e estamos a corrigir, graças a Deus, os investimentos têm sido feitos nos inqueritos, vão realmente melhorar isso, mas as estatísticas têm dados de 2009 que só terminaram agora e apontam, quando já estamos a perspectivar o 2011, e só agora é que apontam que o crescimento foi de 4,8%. Portanto, acho que vamos ter que situar-nos aqui e vermos a importância que temos que dar ao sector estatístico, e a importância que temos que dar a essa organização da economia são-tomense. Projectámos 4,5%, sendo conservadores – reconheço que estamos sendo conservadores –, o Banco Central projecta para cima de 5%, mas nós, o Governo, pensamos que vai ser de 4,5%, porque sabemos, e estamos conscientes, que teremos um período, como foi este ano, um período morto de actividade económica, e temos que reconhecê-lo. Teremos eleições presidenciais, o período entre as campanhas ou antes das campanhas até as eleições presidenciais é um período em que a actividade económica quase que pára. Ela só é alimentada, com certeza, naqueles fluxos, ...

Vozes do ADI: — Banho!

Risos gerais.

O Orador: — ... que circulam entre os partidos políticos. Mas as actividades económicas, propriamente trabalho, nada! Por isso, mesmo os investimentos públicos, nesse momento, baixam. Por isso, é bom que sejamos um pouco prudente. Se for mais, ok, mas a nossa prudência é de 4,5% e vamos criar as bases para um crescimento superior em 2012.

A Sr.^a Deputada falou de uma questão bastante importante, que é o SAFE. Agrada-me aqui falar sobre isso, porque, felizmente, também tenho estado e sempre estive dentro desse processo desde a sua criação. Ela evoluiu bastante positivamente, não obstante alguns obstáculos. Quero dizer que um dos obstáculos, e não tenho receio de dizê-lo, é a instabilidade política que influenciou bastante em alguns atrasos conhecidos nesse processo. Se tivéssemos, desde a criação até agora, um governo estável durante todo esse período, com certeza as coisas melhorariam muito mais. Mas as mudanças sucessivas de governos e as mudanças de opções fizeram com que as coisas conhecessem atrasos muitas vezes.

Mas, em suma, o processo está evoluindo e neste momento temos a parte legislativa feita, aliás, os senhores têm acesso a Lei do SAFE, temos as leis complementares também feitas e estamos no processo do *software*, de informatização. Neste momento, já temos o *software* pronto, com algumas alterações, devíamos dar início ao processo de execução orçamental dentro do SAFE no dia 1 de Janeiro, mas, por decisão do Governo, decidimos que implementaríamos as duas coisas ao mesmo tempo, utilizar o sistema anterior nestes primeiros meses, testar bem o sistema, quando ele der provas de que está bem para funcionar, pomos em funcionamento, deixando para trás o outro que nos serviu até agora, que apelidámos de SAFINHO.

Mas o processo não acaba aí. Um dos objectivos da reforma da Administração Financeira do Estado é a descentralização. Ainda temos alguns problemas em termos de equipamento, de ligações entre diversas instituições

que neste momento estamos a tratar. Só depois de criarmos todas essas condições é que vamos colocar, portanto, a execução orçamental nos postos de cada ministério. Vamos fazer um pequeno teste com um pólo de digitação e de introdução, mesmo na Direcção das Finanças, onde os sectores, ao mesmo tempo, vão introduzindo e capacitando para que daqui há dois ou três meses, quando o sistema der mostras de que está, realmente, ...

A Sr.^a **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Operacional!

O **Orador**: — ... operacional, portanto, começamos.

Quanto à política salarial, sabemos que o nosso quadro salarial ao nível da Administração Central do Estado está todo distorcido. Distorcido porque, a dado momento, vimos a necessidade de alterar, por completo, essa estrutura que era coerente, porque as exigências do aumento salarial não comportavam dentro da massa salarial existente e foi-se distorcendo. Actualmente ela está toda distorcida! Com vários e sucessivos governos temos feito remendos. Com o anterior governo decidimos retomar a estrutura que está na Lei 5/97 e implementá-la, paulatinamente. Mas temos um problema. Isso não pode parar por aí. Acho que mesmo se implementando paulatinamente, com a massa que temos, nunca vamos chegar lá. Mesmo com o anterior governo houve a iniciativa de recorrermos a um estudo para alterarmos o quadro todo. Este Governo também tem a mesma opção. Voltamos a insistir, no anterior governo o financiamento não se efectivou, actualmente, voltamos a insistir, mas insistimos também acompanhado de outra medida, que é o estudo sobre a reorganização da Administração Central do Estado. Depois disso é que podemos implementar, realmente, uma política salarial coerente.

Este Governo tomou a decisão que o aumento da massa salarial é de 10%, e disse bem a Sr.^a Deputada Ângela Viegas, que 10% não significa que vai reflectir nos salários das pessoas. Porque quando se transita uma massa salarial de um ano para o outro, implica promoções, saídas, alterações de entrada de pessoal novo, vamos tomar como exemplo o sector da Saúde, a decisão do Governo de aumentar o tempo de atendimento nos postos de saúde vai implicar mais pagamento de piquetes e velas aos enfermeiros e médicos nos distritos. Portanto, quando temos um crescimento da massa salarial nessa proporção, é preciso que a gente actualize primeiro esse efeito e depois, com a margem que restar, é que fazemos o aumento.

Murmúrios e risos.

Mas o Governo decidiu, e em concertação com o Conselho de Concertação Social, fazer um aumento só no regime geral e não afectá-lo aos regimes especiais, directivo e político...

Aplausos do ADI.

... e fazer esse aumento também um pouco diferenciado. Porque no Conselho de Concertação Social também decorre um debate grande sobre a questão do salário mínimo, que é uma questão que os sucessivos governos vêm encarando. Também estamos abertos a fazer esse estudo, porque o salário mínimo é muito baixo. Então decidimos fazer um aumento diferenciado de 15%, do nível 1 até ao 12 e um aumento de 7%, do nível 13 até ao 24. Confesso, depois podemos mostrar a tabela, não há assim grande diferença, pode haver alguma, mas não tanta. Portanto, fizemos isso, cautelosamente, e discutimos isso, abertamente, no Conselho de Concertação Social com os conselheiros e chegamos a essa conclusão.

Mais uma vez, quero aqui dizer, que essa solução não resolve o problema, mas pelo menos, enquanto não tivermos um estudo acabado e o estudo também da reorganização da Administração Central do Estado, adoptamos essa solução.

O quadro sobre o nível de execução até Dezembro, estamos a preparar e, enquanto decorrer a discussão na especialidade, vamos dar a conhecer.

Também queria aqui dizer, que no que diz respeito à execução, segundo os dados preliminares que temos, conseguimos, mais ou menos, reverter a situação. Quando apresentámos o Orçamento em Setembro, ...

O Sr. **Presidente**: — No mês de Novembro.

O **Orador**: — No mês de Novembro, perdoem-me, mas começamos a elaborá-lo no mês de Setembro, ainda não tínhamos o quadro geral, mas podemos chegar a Dezembro com um nível de execução um pouco acima daquilo que prevemos. Com certeza estamos a pensar em 90%, mas podemos atingir 97%, 98% que, de qualquer forma, realça alguma melhoria na execução de receitas.

Queria só fazer uma precisão aqui em relação à percentagem do orçamento. A parte interna representa 23% e a parte externa 77%.

Acho que respondi às questões principais, as outras, deixarei para os meus colegas responderem.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação** (Olinto Daio): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começo por responder a Sr.^a Deputada Edite.

Sr.^a Deputada, agradecemos a sua contribuição e também o apelo que faz em relação à Educação no País e a evocação do conceito de educação que fez. Recordamos também que, como qualquer conceito, há a sua dimensão no âmbito da extensão e compreensão. Mas não vamos entrar aqui num debate epistemológico sobre o conceito e reconhecemos a dimensão e a lógica da sua intervenção.

Quando fala da sua experiência de 41 anos na Educação, fala do nível que vem baixando na educação, mas acho que, apesar de verificarmos algumas fraquezas, há também muitos ganhos na educação. É bom também que saibamos escrever esses pontos negativos na areia e também buscar os pontos positivos e fixá-los em pedra.

Quando fala também de projectos que não se adequam a realidade, é bom também dar exemplos desses projectos que não se adequam à realidade são-tomense.

No âmbito dos projectos evocados aqui, que está em curso, como neste momento temos o projecto da Escola +, *Fast Track* e são os dois grandes projectos que estão em curso e acho que esses projectos têm contribuído grandemente para a melhoria do ensino em São Tomé e Príncipe.

Respondendo ao Sr. Deputado Delfim Neves, agradeço que tenha reconhecido o lapso aqui no documento onde temos várias alíneas em relação a bolsas de estudo: Cuba, União Soviética, Moçambique, Portugal, etc. Para os que não viram, poderão consultar que há um valor bem detalhado em relação a essas bolsas de estudos.

A questão que levantou sobre as desigualdades na atribuição de bolsas é uma questão que nós tomamos consciência disso. Na verdade, a desigualdade não está apenas na atribuição de bolsa de quem recebe, está também naqueles que recebem. Porque para nós não é justo que uma família com um rendimento de 10 milhões, o seu filho não pode receber 250 euros enquanto uma família com um rendimento de 800 mil dobrás também o seu filho receber o mesmo valor. Portanto, aí também há uma desigualdade, é preciso também trabalharmos nesse sentido.

Dívidas e atrasos que fez referência, nós quando assumimos este Ministério, em Setembro, encontramos vários problemas desse género e desde lá até agora conseguimos liquidar todas as dívidas de Janeiro a Julho, porque não estavam pagas. Só não conseguimos a tempo, pagar de Setembro a Novembro cerca de 170 alunos porque já não havia verba destinada. Porque essa atribuição de bolsas, sobretudo para cursos profissionais que não estava contemplado, foi-se dando essa ajuda de custos sem um critério, mas conseguimos resolver no final de Dezembro.

Gostaria, já agora, de alertar a algumas Fundações nacionais e também algumas Câmaras distritais que têm enviado alunos sem informar ao Ministério da Educação e esses alunos chegam, sobretudo em Portugal, no âmbito de bolsas profissionais e estão lá, ainda há dias recebi um telefonema de um cidadão de nome Liberato Moniz a fazer referência de uns alunos que estão no Algarve a passar mal, foram enviados por uma associação nacional e não têm recursos. Às vezes isso reflecte como se fosse o Ministério da Educação. São pessoas que vão e são enviadas por instituições que nós não temos informações e estão nessa situação. Mas aqueles que estão sob tutela do Ministério fomos honrando os nossos compromissos, embora às vezes um pouco atrasados.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Rafael Branco, estamos conscientes que é preciso uma reforma integral no sistema do ensino. Ontem o Sr. Deputado Albertino Bragança fez referência ao Ensino Básico, só que acho que, sobretudo os técnicos da Educação, temos que sentir-nos orgulhosos de sermos técnicos da Educação e deixar de fazer política na Educação. Porque mesmo que se mudem os ministros, a política educacional tem que continuar. Por exemplo, essa reforma que está em curso, já solicitei várias vezes, ninguém tem o documento dessa reforma. O documento não existe. Portanto, está-se a trabalhar com base em quê?

E a reforma está em curso, não existe um plano curricular, então, em Dezembro criámos uma comissão para trabalhar na elaboração do currículo. E depois as pessoas dizem que foi uma imposição, as pessoas de Santarém, etc, mas houve nacionais a trabalhar, e hoje ninguém dá a cara. Ninguém diz que participou nesse processo de reforma.

Em relação à questão de português e de francês levantada pelo Sr. Deputado Cecílio Quaresma e pela Sr.^a Deputada Isabel Domingos, logo que assumi a pasta, reconheci essa situação, tomamos uma medida e informámos às escolas. Portanto, podemos continuar com o sistema anterior, o professor de português ensina francês e o de francês ensina francês. Isso é que foi adoptado, não vejo porquê ainda se levantar essas questões, porque já foram resolvidas.

Em relação à intervenção do Deputado Aurélio Martins, como é que será essa questão de ensino especial, como dissemos ontem, há no OGE uma quantia para implementação dessa actividade, no projecto *Fast Track* também existe uma quantia.

Criou-se um departamento para pilotar essa intervenção, vamos ter duas experiências piloto; uma em Água Grande, outra em Cantagalo.

Em Cantagalo vai ser uma parceria com uma instituição religiosa, as Irmãs Canossianas, são especialistas nesse domínio, têm uma grande instituição na Itália, querem implementar isso e vão trabalhar connosco nesse domínio. São duas experiências piloto que vamos arrancar e ver o resultado. É preciso também formar professores para esse novo método de ensino, depois só daqui a um ou dois anos é que

podemos alargar para outras escolas, embora reconheçamos que há cada vez mais número de alunos com essa especialidade.

O Sr. Deputado Cecílio Quaresma também levantou algumas questões inerentes ao Ensino Básico, em relação a reforma, já citei. São essas questões que também estão agendadas. Há ainda uma actividade que é a avaliação da própria reforma e depois, como disse há instantes, a elaboração do currículo para que tenhamos um caminho a seguir.

Em relação à referência que se fez sobre a Escola +, não tenho conhecimento. Os documentos, os projectos que li não fazem referência àquilo que disse, não sei como é que teve essa informação, agradecia que depois me informasse.

Também para agradecer o Sr. Deputado Alcino Pinto, tomamos boa nota das intervenções, as contribuições são valiosas, já começamos a trabalhar nesse aspecto, como eu disse, no sistema de avaliação, tanto no Ensino Básico como no Secundário e também a avaliação de reforma, porque acreditamos que «*fifi cá fé cliston*».

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Obras Públicas e Recursos Naturais.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais** (Carlos Vila Nova): — Sr. Presidente, Excelências, muito bom dia.

Por ser a minha primeira intervenção e a semelhança dos que me antecederam, gostaria de desejar a si, Sr. Presidente e a todos os Srs. Deputados um bom ano, saúde, paz e prosperidade.

Com a sua permissão, Sr. Primeiro-Ministro, começaria pela questão levantada pelo Sr. Deputado Arlindo Barbosa. Para lhe dizer que o abastecimento ao distrito de Lembá vai ser efectuado. Neste momento, estão já em marcha os expedientes para o seu lançamento.

O Sr. Deputado Delfim Neves, sobre a questão de lavagens de viaturas nas vias públicas que associamos à reparação das viaturas nas vias públicas. Queríamos dizer-lhe que a sua preocupação junta-se à nossa.

É um problema que oficiosamente se foi alastrando, mas é preciso dizer que ambas são ilegais. Por isso, já temos iniciados expedientes e acções, conjuntamente com o poder local e com o sector que coordena a segurança pública, para que encontremos a melhor solução para o problema.

O conhecimento que temos do problema neste momento, não nos permite dizer-lhe qual é a solução, mas vamos procurar a melhor solução.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento.

O Sr. **Ministro do Plano e Desenvolvimento** (Américo Ramos): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr.^{as} e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, com a sua permissão vou passar a responder as questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado Guilherme Octaviano, sendo a primeira relativa à Inspeção das Actividades Económicas, actualmente Direcção de Regulação e Controlo das Actividades Económicas; a segunda relativa à Agência de Transportes Colectivos.

A questão foi colocada ontem e se a memória não me traiçoa, penso que o Sr. Deputado pretendia saber em relação a Inspeção das Actividades Económicas, como é que está a questão de enquadramento dos técnicos que foram formados.

Relativamente a esta questão devemos dizer o seguinte: Como deve ser do seu conhecimento, a antiga Inspeção das Actividades Económicas passou por um processo de saneamento, tendo em conta as suas condições de funcionamento e resultados que se esperava. Foi criada, em substituição, a Direcção de Regulação e Controlo das Actividades Económicas (DRCAE), houve um processo de formação de quadros, fez-se o aproveitamento de alguns dos antigos quadros do sector, formou-se e procedeu-se à nomeação de novos quadros.

Neste momento, pelas informações que temos, esta é uma instituição que está a funcionar normalmente, não tem qualquer espécie de problema. A única preocupação que temos hoje em relação ao DRCAE, tem a ver com as normas legais que têm que aplicar, que estão quase todas ultrapassadas.

Portanto, é uma instituição que na nossa perspectiva está a cumprir devidamente com a sua função, entretanto, tudo que faz quase que se anula automaticamente, uma vez que não tem instrumento coercivo para poder reprimir as diferentes situações de inflação que conhece.

Portanto, acho que salvo outra preocupação, acredito que não há grandes problemas em relação a esta matéria, da antiga Inspeção das Actividades Económicas.

Relativamente à Agência do Transportes Colectivos, aqui sim, temos um problema a resolver. Acreditamos, se calhar, que sozinhos não seremos capazes de resolver o problema por várias razões.

Primeiro, porque não estamos na génese deste problema, e segundo, porque acreditamos que é necessário em todas essas situações um esforço de todos para podermos resolver o problema.

A Agência de Transportes Colectivos, por aquilo que pudemos nos aperceber, é uma instituição que funcionou sem qualquer base legal, ou seja, nunca foi legalmente criada. Está a gerir esta agência, uma comissão que também não sabemos como é que foi instituída, composta por pessoas que, no fundo, gerem a instituição em *part-time*.

Essa instituição nunca beneficiou, segundo a informação que temos, de qualquer apoio do Orçamento Geral do Estado, o que de resto não podia acontecer, uma vez que as leis do Orçamento proíbem atribuição de verbas a instituições que não estão formalmente constituídas. Daí que ela foi funcionando graças aos seus próprios recursos.

Levantou-se aqui a questão de responsabilidade da comissão. Obviamente que não podemos fazer julgamentos prévios, não podemos atribuir responsabilidades às pessoas quando não temos todos os elementos para o fazer. Neste momento, estamos, de facto, a analisar as contas dessa instituição, e perguntamos, aliás, como é que essa instituição conseguiu abrir uma conta bancária, quando ela não tem sequer personalidade jurídica.

Mas a verdade é que é uma instituição que cobra receitas e faz pagamentos. O problema que acreditamos que temos que resolver em conjunto, é o problema dos trabalhadores. Portanto, todas as pessoas tomaram conhecimento que boa parte desses trabalhadores passaram o natal sem o salário. Isto devido a problemas que a própria agência invoca, como sendo problemas de insuficiência de receitas, problemas ligados à deficiência de próprios autocarros que utilizam e também problemas ligados às condições das nossas vias, que dificultam ainda mais o trabalho ao nível da agência.

A verdade é que estamos perante uma «instituição» que precisa de ser criada de facto, porque reconhecemos que a problemática de transportes públicos é uma problemática real. As pessoas precisam de circular, temos que resolver o problema, mas precisamos, de facto, de perceber, exactamente, o que é que está a passar, antes de passarmos para uma solução.

Tínhamos aventado a possibilidade, de facto, de dotar o OGE de verbas para apoiar essa instituição, na sequência da solicitação que foi feita pelos elementos da comissão, mas apercebemo-nos imediatamente que ao fazê-lo, estaríamos a atribuir verbas a uma entidade que de direito não existe.

Daí que eu apelaria aos Srs. Deputados, na qualidade de deputados e na qualidade de cidadãos nacionais, para nos ajudarem com os vossos subsídios para tentar ultrapassar esta problemática. Primeiro, da institucionalização formal dessa agência, segundo, da resolução do problema do salário dos trabalhadores. Portanto, é um problema que tem que ser resolvido.

O Ministério do Plano e Desenvolvimento está neste momento a debruçar-se sobre esta questão, mas todo o subsídio é importante para podermos encontrar uma solução que não seja mais um problema para o futuro. Portanto, em relação a essa questão é o que tenho a dizer.

Queria também aproveitar esta oportunidade para responder a uma preocupação de um dos deputados do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, formulada ontem. Infelizmente, se calhar, não foi devidamente registada por todos, mas houve um deputado que levantou a questão de subalternização da agricultura, dizendo que a agricultura passou do Ministério, não parou na Secretária do Estado e foi parar numa Direcção - Geral.

Bem, entendo esta preocupação formal, mas o que podemos argumentar é que, de facto, o Ministério da Agricultura não é o Ministro da Agricultura. O Ministério da Agricultura é o *staff* deste Ministério. Portanto, são os técnicos que fazem a agricultura. Em relação a esta matéria, gostaria de dizer que não se mudou uma única vírgula em relação ao *staff* deste Ministério. O que se fez, foi por acréscimo, introduzir um Director - Geral de Agricultura e Pescas.

Achamos que ao fazermos e apostarmos em alguém que consideramos ter conhecimentos suficientes na matéria, daí que achamos que o sector ficou reforçado e não enfraquecido.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça e Reforma do Estado

O Sr. **Ministro da Justiça e Reforma do Estado** (Elísio Teixeira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa tarde.

Relativamente às questões levantadas no que toca ao problema do registo, tem-se constatado de algum tempo a esta parte, que o problema do registo vai além de uma problemática da política, é mais uma questão de mentalidade. Por essa razão é que se partiu para a lógica dos registos nas maternidades. Mesmo fazendo as campanhas de registo, continua a aumentar o número de pessoas sem registo. Mesmo fazendo-o nas maternidades, as pessoas não vão aos serviços buscar as cédulas, tanto é que se começou a entregar as cédulas nas maternidades.

Portanto, é um trabalho que tem que ser feito, acima de tudo, com a sensibilização, informação e a educação do cidadão, para que ele assuma o seu papel, enquanto tal, e atribua o direito que é devido às crianças, que é o direito ao nome.

No que toca a questão de acesso à justiça, também é um problema que já vem há algum tempo. A justiça tem custos, acreditamos como já se pensa há uns tempos, que o problema passa pela reforma do

Código das Custas Judiciais e da elaboração de uma lei de patrocínio judiciário, que já está feita e que contamos com a colaboração da Ordem dos Advogados e brevemente lançaremos a discussão esta proposta de lei.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, acabou a intervenção do Governo e vamos continuar. Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, antes de mais, quero agradecer pelas respostas que foram dadas pelo Sr. Ministro sobre as minhas preocupações. Mas gostaria de dizer ao Sr. Ministro das Obras Públicas que a solução que irá encontrar não deverá passar pela, como dizer, «escoriação» das pessoas aí, mas sim encontrar uma solução plausível, porque afastá-las ou tirar-lhes aquele pão, talvez o único que têm, também não será razoável. Por isso, antecipei dizendo para associar ou, digamos, fazer as contas entre útil e o agradável. Entre a degradação e o custo que tem uma degradação e construção de um espaço, que podemos chamar de uma tarimba com um estaleiro para eles lavarem os carros e continuarem as suas actividades. Volto cá mais para pedir ao Sr. Ministro das Finanças que precisasse melhor aquilo que dizia aqui. Falou de um aumento salarial de nível 1 a 12 de 15% e 13 a 24 de 7%. É apenas para precisar se esse aumento é real ou nominal?

Uma Voz: — É nominal.

O **Orador**: — É nominal? Ok.

Aí é que está! Se for nominal, as pessoas vão perder sempre o poder de compra. Se tivemos uma inflação na ordem de 12% em 2010 e a pessoa vai ter um aumento nominal de 7% em 2011, efectivamente, isso não será o aumento real.

A outra questão que gostaria também de levantar aqui, ontem, o Sr. Ministro dizia que o que está orçamentado da fonte de financiamento de Taiwan são 11 milhões de dólares. Mas estive a fazer as contas com o câmbio médio que foi utilizado para a elaboração do Orçamento, estamos a falar de câmbio 20,360 dobras, dava por volta de 13 milhões. Outra questão que gostaria de levantar aqui, era para perguntar ao Sr. Ministro de Negócios Estrangeiros, em 2007 foi assinado um acordo suplementar de um apoio, fora do quadro de fundo de cooperação bilateral que São Tomé e Príncipe tem com Taiwan, na ordem de 25 milhões de dólares, sendo 5 milhões por ano, 2007 a 2011.

Esses valores contemplavam alguns projectos, como a construção de um centro de conferências, que rondavam os 15 milhões de dólares, que foi transferido para construção de uma central de energia em S. Amaro na ordem de 14,5 milhões de dólares.

Restavam outros 10 milhões para outros projectos. Porque se trata de 5 milhões anuais, gostaria de saber porquê que não estão cá 15 milhões, mas sim 13 milhões. Pode ter sido o uso excessivo, num ano qualquer, daquilo que estava atribuído para o ano em referência ou se a verba diminui. Gostaria de saber se tem essa informação.

Mas, o que mais me preocupa são as contas daquilo que está no Orçamento e o número que foi dito pelo Sr. Primeiro-Ministro. Disse 11 milhões, mas fazendo as contas dá por volta de 13 milhões.

Por último, Sr. Ministro da Educação, agradeço a sua resposta, mas porque em São Tomé pensamos muito facilmente de forma negativa, quando falava da desigualdade na atribuição de bolsas de estudos, as pessoas que têm um rendimento de 10 milhões de dobras não devem beneficiar de 250 dólares, tal qual as outras que têm um rendimento inferior.

Quero dizer-lhe que levantei a questão, não por mim, que fique bem claro. Os meus filhos, alguns são formados, nunca foram beneficiados com bolsa de estudos, modéstia à parte, ainda consigo suportar. Acho que não devo e nem mereço esse apoio do Estado, enquanto puder fazer isso, porque há outras pessoas que mais necessitam. Mas que fique claro que só levantei a questão, porque fui informado sobre a mesma. Mas que seja feita, mais rapidamente possível, essa relação, mas com critério lógico, porque aqui vemos as pessoas e entendemos ou achamos que as pessoas têm um rendimento de 10 milhões que pode ser apenas, como se diz na gíria são-tomense, *zopló d'ubuê*. É preciso pedir elementos que comprovem efectivamente o rendimento das pessoas para depois fazer essa relação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, é só para esclarecer a questão do Sr. Deputado Delfim Neves, para dizer que são 11 milhões mais 2 milhões que é o remanescente de 2010, referente a central, e que o montante adicional, são 15 milhões dólares e não 25 milhões, que foi todo ele afectado a central eléctrica.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades** (Salvador dos Ramos): — Sr. Presidente, gostaria também de aproveitar esta oportunidade para cumprimentar V. Ex.^a, cumprimentar as Sr.^{as} e Srs. Deputados e desejar a todos um ano novo cheio de prosperidade.

Com relação à questão do Sr. Deputado Delfim Neves, a informação que temos é que quando se assinou aquele acordo em 2007, foram 10 milhões mais 15 milhões, 25 milhões. É esta a informação. São os 10 milhões anuais habituais mais os 15 milhões que foram afectados.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não, não, 25 milhões, tenho provas, posso facultar-lhe.

O **Orador**: — Não temos outras informações em relação a isso, mas poderemos procurar saber junto do sector competente para melhor informar os Srs. Deputados.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Obrigado Sr. Ministro. É que são mesmo 25 milhões, são 10 milhões anuais mais 5 milhões, 15 milhões, todos os anos. De 2007 a 2011, há um documento, os tais 15 milhões que se está a referir, eram destinados a construção de um centro nacional de conferências, foi transferido para construção da central eléctrica. Há outros 10 milhões para outros projectos: requalificação de Porto Alegre, os passeios, a doca, os autocarros, o barco para o Príncipe, tudo isso está neste projecto, e posso facultar-lhe uma cópia, se for necessário.

O **Orador**: — Queria agradecer a sua pré-disponibilidade e mesmo esta tarde poderemos entrar em contacto consigo.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Vamos fazer o balanço do tempo. O Governo tem 29 minutos e 40 segundos, o ADI tem 61 minutos e 3 segundos, o MLSTP/PSD tem 13 minutos e 40 segundos, o PCD tem 15 minutos e 12 segundos e o MDFM/PL tem 5 minutos.

Já não há inscrições, pensamos que a discussão está suficientemente feita, se os Srs. Deputados entenderem passaríamos para outra fase, que seria as declarações dos líderes parlamentares, se assim o entenderem. Neste caso, como é tradição, começaríamos com a intervenção do Líder do PCD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Sr.^a e Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Após acalorados debates aqui ocorridos no quadro da discussão, na generalidade, do OGE e das GOP, o Grupo Parlamentar do PCD, partido patrono da mudança e defensor intransigente da liberdade, da democracia e do desenvolvimento económico, social e cultural de São Tomé e Príncipe e do seu povo, considera que se tratou de um momento importante e útil para o nosso país, já que o cunho responsável das intervenções e, tão relevante como isso, o ambiente de entendimento em que as mesmas se desenrolaram, permitiram demonstrar que é possível o confronto de ideias entre nós, sem as hostilidades e o rancor que tanto têm prejudicado o desenvolvimento do nosso país.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, estimados Srs. Deputados: O resultado das Eleições Legislativas realizadas em 1 de Agosto do ano transacto, tendo ditado a vitória do ADI, permitiram que o seu líder, Dr. Patrice Emery Trovoada, rosto emblemático da campanha eleitoral desta força política, chefiasse o actual Governo.

Tratando-se de um Governo para uma Legislatura de quatro anos e, tendo a Assembleia Nacional aprovado já o programa que legitima esta governação durante esse período, demos, anteontem, início à discussão de outros dois importantes documentos de governação, ou seja, o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções de Plano.

Tal como claramente o demonstrou no decurso dos debates havidos, o Grupo Parlamentar do PCD, enquanto órgão de um partido responsável e de alternativa ao poder, conhecedor do País real, vem manifestar, aqui e de maneira solene, a sua disponibilidade para contribuir construtivamente para o bem-estar do povo são-tomense, já que nunca foi sua tradição criar dificuldades estéreis a uma qualquer governação.

Diga-se a este respeito que, desde a tomada de posse deste Governo, o PCD vem dando provas da sua maturidade política, adoptando uma atitude da mais expectante contemplação desta governação, mesmo nos momentos em que alguns princípios democráticos pareciam correr o risco de violação.

Não obstante um dos grandes desígnios do seu programa consistir em mudar São Tomé e Príncipe, como condição essencial para garantia da coesão social, princípio com o qual estamos plenamente de acordo, consideramos, no entanto, Sr. Primeiro-Ministro, que para tal, não basta que se contente com o silencioso vazio das palavras inscritas num texto, sendo, pelo contrário, necessário dar sinais claros nesse sentido.

De facto, no nosso entender, incentivar a coesão social não é justamente excluir da administração pública quadros que não sejam afectos ao partido no poder. Não é perseguir as pessoas e seus bens, nem vedar, a seu bel-prazer, com base em argumentos pouco credíveis, o acesso aos órgãos de comunicação social a esta ou aquela entidade; não é, muito menos, retirar aos cidadãos, a possibilidade de apreciação de programas televisivos de qualidade, por retaliação a esta ou aquele jornalista, enfim, não é passar mensagens que cultivem a inveja, a críspação e o ódio no seio da sociedade são-tomense.

Aproveitamos ainda a oportunidade para lhe fazer notar que, tratando-se, embora, da mesma pessoa, vai uma grande distância entre o cidadão Patrice Emery Trovoada, dispondo e usufruindo dos direitos e hábitos que tem como membro livre da comunidade são-tomense, e o Primeiro-Ministro e Chefe do Governo de São Tomé e Príncipe, sujeito a regras próprias, enquanto homem de Estado.

Dir-lhe-emos, em suma, Sr. Primeiro-Ministro, que estamos atentos a todos os pormenores da sua governação, tanto às posições tomadas como às omissões, na perspectiva da realização de uma oposição crítica, mas construtiva, aberta ao diálogo e disponível para o apoio a todas as manifestações e políticas que tenham como meta o progresso e o bem-estar para o nosso povo.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Participámos, pois, de coração aberto, nos debates que aqui tiveram lugar, dando, de bom grado, as nossas opiniões, apresentando sugestões e críticas, todas tendo como pano de fundo a preocupação de juntarmos a nossa voz à dos demais participantes, na procura de soluções viáveis para os problemas de vária índole que afectam o nosso povo.

Um momento de menor polidez não pode, contudo, retirar brilho à troca de argumentos esgrimidos por uns e outros, necessariamente contraditórios, mas, em todo o caso, valiosos, porque é do encontro das nossas diferentes visões que nasce a luz que tornará possível a concretização dos grandes objectivos nacionais, acção imprescindível para o advento de uma vida mais feliz e mais digna para os nossos concidadãos.

Escutámos, neste âmbito, algumas declarações vindas da grupo parlamentar que apoia o Governo, segundo as quais o Governo, através deste Orçamento, se predispõe a afectar meios financeiros à melhoria das condições de determinadas classes profissionais, nomeadamente: os pequenos agricultores, os pescadores, as *palaiês*, os candongueiros, os cambistas, os motoqueiros e outros grupos afins.

Congratulamo-nos sinceramente com isso, pelo que aproveitamos a oportunidade para lançar um veemente apelo aos grupos acima referidos para se organizarem, de modo a permitir a rápida concretização desse processo, anunciado em tão boa hora, já que, no que respeita aos agricultores, estamos no período do gravanito, época reconhecidamente fértil para o plantio.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: As apreciações razoáveis que fizemos destes dois documentos não significam que não tenhamos detectado neles falhas, desfasamentos e omissões, prontamente reconhecidas pelo Chefe do Governo, mas reveladores, em todo o caso, de claras dificuldades na concepção dos mesmos e que, a não serem atendidos os alertas feitos a propósito por algumas intervenções, poderão implicar sérios transtornos na implementação das medidas neles contempladas.

Assim, tendo em atenção tais constatações e na perspectiva de o Governo estar sensível às preocupações manifestadas pelas deputadas e deputados dos diversos grupos parlamentares, procedendo aquando de análise na especialidade às devidas rectificações dos documentos ora em análise, o Grupo Parlamentar do PCD declara viabilizar o OGE e as GOP para o ano de 2011, abstendo-se na sua aprovação.

Aplausos do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Acabámos de fazer um exercício útil para a Nação são-tomense, o exercício que, por excelência, é feito na Casa Parlamentar e onde, por excelência, se faz o contraditório. Provavelmente, tê-lo-emos feito não com o nível desejado, porque temos visões diferentes, temos opções diferentes, embora vivendo no mesmo País real.

Dissemos no discurso que fizemos na abertura da discussão da proposta de lei das GOP e OGE que essas opções que o Governo fez são legítimas, porque são as opções do Governo. No entanto, tivemos a preocupação de fazer apelo à harmonização das opções do plano e o OGE para o ano de 2011. Isso, temos que constatar que o Governo não conseguiu fazer.

Relativamente às opções, dissemos que era preciso fazer uma articulação, alguns ajustes e tínhamos dito na nossa declaração que esses ajustes têm a ver, sobretudo, com a questão de organização e de arrumação de alguns artigos. Estou a referir-me à proposta do projecto lei de OGE e das GOP, sobretudo do OGE.

Havia algumas adequações que era preciso melhorar e na altura dissemos que vamos remeter à 2.^a Comissão Especializada em razão da matéria e lá faremos essas precisões, faremos algumas propostas de correcção e de organização.

Espero que o exercício democrático que fazemos aqui, quero dizer-vos que trago uma experiência do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, que é emanção de um partido, embora nós fôssemos eleitos pelo povo, temos a cultura democrática lá, não há unanimismos.

Há diferenças de opinião e as coisas são discutidas até a exaustão. E quando dissemos que não estamos de acordo com algumas coisas, é porque a Constituição nos dá esse direito. Estamos no Estado de direito democrático, é porque o Regimento nos garante as condições e os direitos para isso: O Estatuto dos Deputados e o Estatuto da Oposição. Quero fazer um apelo a todos os Srs. Deputados que leiam esses instrumentos para melhor prestação de serviço à Nação.

Há algumas coisas que são da responsabilidade da Assembleia Nacional. Há correcções que é a Assembleia Nacional que tem que assumir.

Diz o Regimento no seu ponto 2 artigo 205.º que «O Primeiro-Ministro remete ao Presidente da Assembleia Nacional, até 15 de Novembro de cada ano, a proposta de lei das Grandes Opções do Plano e a proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para o ano económico seguinte, com a sua documentação anexa».

A Lei SAFE diz que prazo é até o dia 31 de Outubro. Temos a obrigação de fazer a devida adequação, porque o Estado é o mesmo. A adequação que tem que ser feita é a correcção no Regimento da Assembleia Nacional.

Diz o artigo 214.º do Regimento que a Conta Geral do Estado deve ser apresentada à Assembleia Nacional até 31 de Dezembro.

É um exercício complicado, difícil, mas não é impossível. Durante a segunda República faltou-nos a disponibilidade e a «capacidade» de o fazer, mas é uma obrigação legal e temos que assumir esta obrigação.

Há problemas conjunturais imensos que impedem isso. Há *hobbies* de diversa natureza, mas temos o dever de todos nos envolvermos no sentido de que este imperativo venha a ser de facto uma realidade.

Nos próximos tempos, ouvindo as declarações feitas por alguns Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do ADI, ouvi atentamente o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, espero que todos aqui tenhamos nos apercebido do conteúdo dessas intervenções que foram feitas, porque quando voltarmos aqui, daqui a mais um ano, tenho a certeza absoluta que algumas pessoas irão mudar de opinião. Não será o Sr. Ministro, porque o senhor tem uma vivência da realidade nacional, e às vezes as apreciações de uns e outros resultam, e não pode ser outra coisa, sociologicamente, da realidade que vivemos, das nossas vivências quotidianas e, sobretudo, do nosso nível de entendimento, de cada uma das coisas que vamos fazendo aqui em São Tomé e Príncipe.

Temos até meados deste mês para concluir este processo de discussão do OGE. Viremos aqui para a final global, mas na especialidade vamos pedir a indulgência dos Srs. Deputados do ADI e do Governo para algumas pequenas alterações, que não serão substanciais, mas importantes para a própria *performance* na execução do OGE. Isso será uma ajuda patriótica, porque o País precisa de todos nós.

Não vou dizer muito mais do que aquilo que já disse na declaração de anteontem. Dissemos que vamos viabilizar o Orçamento Geral do Estado. O Sr. Deputado Idalécio Quaresma, na intervenção que fez, disse que foi a única coisa que ele gostou da minha intervenção. Mas podia ter mudado, posso mudar, mas eu não vou mudar, ...

Risos.

... Mas eu queria anunciar-vos que a decisão é viabilizar o OGE. Sabem porquê? Não é porque estamos de acordo com ele. Sabemos que é um Orçamento também possível. Não estamos a falar de receitas, estamos a falar de outras coisas.

Estamos a falar de como é que afectamos as despesas e as opções de medidas políticas. Vamos viabilizar o OGE porque um dos maiores constrangimentos que temos aqui em São Tomé e Príncipe é a instabilidade. É um dos maiores problemas.

Um Deputado do meu grupo parlamentar falou de trabalho. É outro constrangimento. Mas esse trabalho não será tarefa unicamente da Assembleia Nacional, é uma tarefa transversal. Cada um deverá assumir a responsabilidade que lhe compete nessa matéria.

Vamos viabilizar o OGE, porque não podemos e não temos obrigação de fazer o País parar. Há compromissos e há coisas que têm que ser feitas, porque o tempo não nos espera. Vamos viabilizar o OGE, porque não podemos continuar, permanentemente, a ter programas que não são executados, os Governos que caem como caem.

Nós ao nível da CPLP lideramos, em 20 anos da democracia, já temos por aí 15 a 16 Governos constitucionais e outros. Não há nenhum país que resiste a isso. Vamos todos, mas todos, contribuir para pôr um basta a isso. Se houver disponibilidade, eu quero fazer então uma segunda declaração.

O MLSTP/PSD está disposto a continuar, a contribuir cada vez mais e melhor. Mas também vamos deixar aqui um apelo: que tudo o que conseguimos à custa de *performance* e esforço de muita gente, para alguma melhoria já registada, que não seja posto em causa. E neste caso concreto, também estamos a falar da forma como lidamos com a Comunicação Social. Tem havido algum retrocesso. Tudo que fazemos

tem que ser para melhorar e não para piorar. E sempre que houver acções no sentido de contribuir para piorar, estaremos aqui para chamar atenção que não é bom, porque o País não ganha com isso.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, muito obrigado e boa tarde.

Antes de começar a minha declaração, gostaria de levantar aqui alguns pontos que falou, fundamentalmente, o Sr. Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, sobre a questão do Código Conduta, da Lei da Nacionalidade e a Divisão Política Administrativa. Peço ao Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, em nome do seu líder, que apresente propostas. Porque tínhamos um hábito aqui na Assembleia Nacional de criar as chamadas comissões eventuais, que pelos vistos durante a Legislatura passada não teve grandes êxitos. Portanto, cada grupo parlamentar deverá apresentar propostas sobre essas matérias, para facilitar também o diálogo e o melhor avanço nos nossos trabalhos.

Sua Excelência Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as}. e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as}. e Srs. Deputados, Excelências: Mais uma vez, quero desejar em nome do Grupo Parlamentar do ADI, um bom ano 2011 a todos são-tomenses e que seja um ano de muito trabalho.

Voltamos outra vez à mesma palavra, que é trabalho que nos falta. Sr.^{as}. e Srs. Deputados, é muito importante estabelecermos consensos nacionais em torno de objectivos globais, úteis para nós e para São Tomé e Príncipe. Chegamos ao fim do debate, na generalidade, de dois projectos de leis: As GOP e o OGE para o ano 2011. Este é o primeiro Orçamento desta nova maioria relativa, saída das eleições de 1 de Agosto de 2010.

Dentre as palavras de ordem na nossa campanha eleitoral, dizíamos: — «Deixem-nos trabalhar, queremos avançar.»

E as populações das ilhas deram-nos o voto de confiança para tal. Temos dificuldades de várias ordens. Não recusamos o pessimismo e a resignação. Optamos por uma atitude de confiança, de iniciativa e de muito trabalho, e esta é a atitude absolutamente decisiva para mobilizar as energias internas e externas, de modo a superar as dificuldades actuais e prosseguir com os projectos de modernização, inspirados por uma visão do futuro, que é de mudar São Tomé e Príncipe, com trabalho, disciplina, transparência e a boa gestão da coisa pública.

Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.^{as}. e Srs. Deputados: O mundo está em situação de crise. Todas as grandes economias estão abaladas. Isso traduz-se, no nosso caso, na redução por parte dos nossos parceiros dos apoios financeiros postos à nossa disposição.

Do orçamento proposto, o financiamento do PIB, cerca de 93% virão dos nossos parceiros de desenvolvimento e só 7% é a nossa contribuição. Quer dizer que cada 100 mil dobras que gostamos, 93 mil dobras vem do estrangeiro, e só 7 mil dobras são o resultado da produção interna. É muito pouco e colocamos numa dependência extrema. Sr.^{as}. e Srs. Deputados, é uma situação que nos leva a uma reflexão profunda, e concluir que uma boa execução deste Orçamento depende, não só do Governo, que terá de desdobrar-se em contactos internacionais, mas também da postura política dos partidos da oposição fundamentalmente os que têm representação parlamentar.

Uma outra questão que merecerá da nossa parte uma reflexão profunda é a maneira de apresentar e discutir os dois documentos: as GOP e o OGE. Por esta e outras razões, este é um Orçamento que coloca à prova a capacidade da nossa classe política, tanto mais quando estamos em ano de eleições. É frequente nos períodos das campanhas políticas eleitorais os doadores mostrarem-se reticentes, com contenções e retracções.

Sr.^{as}. e Srs. Deputados, temos que mudar a nossa postura e atitude. Seremos mais unidos e solidários e colocar os interesses nacionais acima dos interesses políticos partidários e pessoais.

Sr.^{as}. e Srs. Deputados, temos de ser capazes de enviar um sinal claro aos nossos parceiros de que estamos empenhados na luta pelo desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. A situação interna e internacional é difícil. Nós não auguramos soluções fáceis, mas tenhamos a consciência firme de que qualquer situação só pode ser ultrapassada com a palavra trabalho. Repito, muito trabalho, dedicação e bem-fazer. E, para tal, temos que contar com pessoas mobilizadas e comprometidas com o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Gostaríamos, caso fosse possível, com este Orçamento, resolver todos os problemas mais gritantes da nossa população, mas é impossível. Num dia não se constrói uma casa. Com este Orçamento, vamos dar o início a um longo percurso, que tem como meta final 2014. E nessa altura, estaremos em condições de fazer uma avaliação que, no nosso entender, será positiva, para o bem de todo nós, e em particular para os mais desfavorecidos. É este o nosso propósito. É este o nosso desafio e o ADI, o Governo e o seu grupo parlamentar estão empenhados em assumir as suas responsabilidades. Estes dois documentos traduzem, na prática, a implementação do Programa do Governo, aprovado por esta augusta Assembleia, como também o manifesto eleitoral sufragado a 1 de Agosto de 2010.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, dignos representantes da Nação, Excelências: Continuamos dispostos a trabalhar e pretendemos o concurso e a boa vontade de todos, para contribuirmos pela melhoria das condições de vida da população, trabalhando juntos, para encontrar vias, por um melhor São Tomé e Príncipe, daqui há alguns anos. Assim, não pouparemos esforços e estamos certos de que o actual Orçamento é um grande contributo para caminharmos neste sentido. As nossas acções e competências têm sido canalizadas com pressupostos. Trabalhar para avançar e bem-fazer para crescer economicamente, mesmo se isso implica muito esforço e, por vezes, insatisfações de certas pessoas. Temos consciência que toda a mudança implica resistência e que a luz só é luz porque existem sombras e penumbras, mas não devemos esquecer-nos que temos responsabilidades claras perante a história e o povo dessas ilhas maravilhosas do Equador, a que atribuíram o nome santo, São Tomé e Príncipe. Muito obrigado a todos.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passarmos à votação, vamos ouvir o Sr. Primeiro-Ministro,

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo** (Patrice Trovoada): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr.^a e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Excelências: Desde 14 de Agosto de 2010 que tenho a grande honra de servir São Tomé e Príncipe, na qualidade de Primeiro-Ministro e Chefe do Governo.

Escolhi, para trabalhar comigo, um Governo de mulher e homens trabalhadores, competentes e engajados com São Tomé e Príncipe. Alguns deles não oriundos do partido ADI. O nosso mandato é duplo, por um lado, o de pôr em marcha os compromissos de mudança assumidos pelo partido que suporta o Governo. Por outro lado, gerir um país com inúmeras fraquezas e vulnerabilidades, num contexto de uma das piores crises económicas de que o mundo tem memória.

A obra é, também, por isso, enorme. Temos plena consciência disso e não somos adeptos da improvisação. Temos igualmente consciência que o nosso Governo não goza de uma maioria parlamentar, mas a ausência dessa maioria não pode inibir-nos do exercício pleno da nossa missão, nem tão-pouco, desviar-nos do rumo que o povo claramente escolheu na sua sabedoria, muitas vezes ignorada pelos actores políticos.

Uma mudança verdadeira, contra a injustiça social e todas as formas de exclusão. A nossa vontade de mudar o País é enorme e permanece intacta. Estamos profundamente convencidos, pelos debates que aqui tiveram lugar, que todos temos consciência do estado em que se encontra o nosso país. Príncipe, Caué, Lembá, o porto, a pista do aeroporto, as estradas, a falta de água para as populações, a problemática dos terrenos para construção de habitação, sobretudo para os jovens, falta de terreno para agricultura, o desemprego de que sofrem os jovens, a situação da dívida pública interna, o dinheiro e os bens do Estado mal parados, todos nós sabemos como está o País.

Todos nós sabemos das reformas que são necessárias, quer ao nível do Regimento, quer ao nível das várias instituições do Estado e todos nós sabemos do esforço de mobilização de recursos que qualquer governo em função, neste momento, tem que empreender para estancar a degradação e a recessão que ameaça o País e criar as condições para lidar com os complexos desafios de crescimento e modernização. O progresso é uma longa marcha que existe na cidade, confiança e verdade frontal. Os métodos, os mecanismos, as práticas anteriores, mostraram sobejamente os seus limites.

Os lugares comuns, a burocracia da diplomacia financeira, os paradigmas do século passado, as rivalidades e críticas pessoais, destrutivas, perderam muito dos seus vigores e são hoje incapazes de lidar com o novo mundo criado pela crise financeira, económica, mundial e pelo desenvolvimento fulgurante das novas tecnologias, pela nova economia que comanda hoje os progressos do planeta. É preciso continuar a mobilizar recursos externos.

A nossa economia, mais uma vez, sabemos, que não gera poupanças. Mas essa mobilização tem de assumir uma dimensão mais dinâmica, criativa e inovadora do que tem sido até então. O País, os seus dirigentes, os seus quadros, as suas elites intelectuais e económicas têm absolutamente de interagir com as fontes de financiamento, quer públicas, quer privadas.

O País não pode permanecer enclausurado, só no Golfo da Guiné, ou nas malhas das solidariedades clássicas. O País tem necessidades enormes e de todo tipo. O País não pode esperar que as pessoas venham, que as pessoas o procurem, que as pessoas declarem o seu interesse por ele, à vista de uma simples foto pela *Internet*.

Antes pelo contrário, o País tem de ir ao encontro das coisas e das pessoas. O País tem de estar presente lá onde as coisas acontecem, agarrar todas as oportunidades e estar lá onde as pessoas decidem. Em seguida, o País tem de falar com orgulho, com sentido de Estado e da defesa dos interesses nacionais. O País tem de dialogar.

O País tem de dizer o que quer e como quer. Nessas circunstâncias, o País tem que revelar também o que faz, o que pode dar, ser capaz de convencer os outros que lhe pode ser um elo importante para a sua própria estratégia e, porque não, servir os seus interesses.

O País tem que prestar contas também a comunidade internacional. Para que tudo isso aconteça é absolutamente necessário viajar. É para nós apenas e tão-somente uma questão que se resolve com uma análise de custos/benefícios.

Quanto se gasta e que benefícios obtém a República e o seu povo? Em última análise, é uma questão de racionalidade económica, de imperativo de novos tempos e de dignidade das instituições. Tudo isso deve, tem sido e será sempre feito no respeito escrupuloso das leis, e sempre numa perspectiva de optimização dos recursos disponíveis.

A este propósito e para que não haja dúvidas, quero ainda acrescentar que o Governo está a tomar todas as medidas para que, pela primeira vez, depois de muitos anos, se possa apresentar ao Tribunal de Contas e a todo o povo as contas gerais do Estado para 2011. Nelas estarão reflectidas rigorosamente as receitas e as despesas, bem como as suas devidas justificações.

Aplausos do ADI.

O País vive um clima de relativa estabilidade institucional, que o Governo aprecia, sobremaneira. Mas estou plenamente consciente da sua fragilidade. Reconheço que a estabilidade é uma condição fundamental para o sucesso de toda e qualquer acção política ou desenvolvimento, para o sucesso deste Governo e para o sucesso do povo são-tomense.

Acredito que é necessário e há suficiente espaço para consolidar essa estabilidade. Ninguém investe, ninguém coloca o seu dinheiro onde há confusão e incertezas. Por isso, em vez de confrontação e de recusas sistemáticas de aceitação do outro, trabalhemos em prol da estabilidade governativa do País, facilitadora da aproximação do ponto de vista que admitem e alicerçam alianças inteligentes, que promovem a paz, a concórdia e o progresso geral da Nação.

Como é natural, os tempos mudam, as gerações e as pessoas passam, mas o País será eternamente nosso. Tudo que se fizer aqui de bem ou de mal será feito com todos nós. Não poderemos continuar na cauda das nações subdesenvolvidas. Temos de aspirar a outros lugares na longa lista dos países que compõem a comunidade internacional.

A renúncia deve ser colectiva. Nessa caminhada não podemos hesitar. A coragem da mudança e das reformas é mil vezes mais útil e protectora do que a quietude da crítica fácil, da inércia e da inacção. Temos de ser credíveis aos olhos do povo e daqueles que nos prestam auxílios. Temos também de ser honestos, sinceros, leais para com o nosso país e o nosso povo.

Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Excelências: A aprovação que foi solicitada desde o início destes debates, não constitui um pedido de renúncia das vossas prerrogativas. O Governo assume plenamente esse OGE com todas as suas consequências. A nossa postura é de um Governo permanentemente virado para acção, de um Governo preocupado, sobretudo, com os mais pobres e os mais fracos e que sabe que o tempo lhe é rigorosamente contado. Daí que o nosso pedido de aprovação da proposta de OGE e das GOP seja apenas a marca da nossa vontade inabalável de bem servir um povo paciente, mas que não pode continuar eternamente a esperar.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos proceder à votação. Como é tradicional e regimental a votação faz-se pelo sistema tradicional de voto aberto, nos termos do artigo 114.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Portanto, a votação é na generalidade, porque depois disso os documentos voltam a ser trabalhados na especialidade em comissão competente.

Em primeiro lugar vamos votar a proposta de lei das GOP para o ano económico de 2011.

Submetida à votação, foi aprovada com 27 votos a favor, sendo 26 do ADI, 1 de MDFM/PL e 25 abstenções, sendo 18 do MLSTP/PSD e 7 votos do PCD.

Aplausos do ADI.

Passamos agora a votação do projecto de lei que aprova o OGE para o ano económico de 2011.

Submetido à votação, foi aprovado com 27 votos a favor, sendo 26 do ADI, 1 de MDFM/PL e 25 abstenções, sendo 18 do MLSTP/PSD e 7 votos do PCD.

Aplausos do ADI.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, chegamos ao fim dos nossos trabalhos e queria agradecer a vossa presença.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 14 horas e 5 minutos.

Estiveram ausentes os seguintes Srs. Deputados:

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

António Monteiro Fernandes

Domingos Monteiro Fernandes